

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS POLÍTICAS E GERÊNCIAIS.

AGENDA 21 E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA CRÍTICA REALISTA

Amanda de Souza Oliveira

Belo Horizonte, 2007

**Amanda de Souza Oliveira**

**AGENDA 21 E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA CRÍTICA REALISTA**

Monografia apresentada à disciplina de Monografia II em Relações Internacionais do UNI-BH, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais

Orientadora: Sylvia Marques

Belo Horizonte, 2007

**Centro Universitário de Belo Horizonte**

Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais  
Relações Internacionais

Dissertação intitulada “*Agenda 21 e o Desenvolvimento Sustentável: Uma Crítica Realista*”,  
de autoria de Amanda de Souza Oliveira, aprovada pela banca examinadora constituída pelos  
seguintes professores:

---

Profa. Sylvia Marques- UNI-BH- Orientadora

---

Prof. Prof. Alexandre César Cunha Leite – UNI- BH

---

Profa. Geraldine Flores – UNI-BH

---

Prof. Leonardo César Souza Ramos  
Coordenador do curso de Relações Internacionais  
UNI-BH

Belo Horizonte, 30 de Maio de 2008

## RESUMO

Com o fim da Guerra Fria e a insurgência da temática ambiental nos debates internacionais, é introduzido o documento Agenda 21 para ser adotado no âmbito mundial, como o principal guia sobre desenvolvimento sustentável. Através de uma análise desse documento e de Conferências voltadas para o desenvolvimento sustentável, utilizando a crítica realista de Carr e as contribuições de Friederich List e Ho-Joon Chang, esse estudo faz uma crítica à sustentação do discurso do desenvolvimento sustentável por países desenvolvidos, identificado com a existência de uma moral ambiental, tendo a Agenda 21 no centro da questão.

Palavras-chave: Agenda 21- desenvolvimento sustentável – poder – discurso da moral.

## ABSTRACT

By the end of Cold War environmentalism became part of international relation debates, in this sense Agenda 21 is introduced as the main document of sustainable development, to be adopted by the states of the International System. Through an analyzes of Agenda 21, and also the main conferences about sustainable development, this paper presents a realistic critic of the environmental speech invoked by developed countries, as well as the Agenda 21.

Key words: Agenda 21 – Sustainable development – Power – Moral speech.

## **SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO	6
Capítulo 1: Valor Universal	10
1.1- A Doutrina da Harmonia de Interesses	10
1.2 - Contribuição de Friederich List	15
1.3 - A Contribuição de Ha-Joon Chang	18
1.4 - A Crítica Realista e a Relatividade do Pensamento Político	24
Capítulo 2: O Meio Ambiente nas Relações Internacionais	29
2.1 - A Evolução da Temática Ambiental nas Relações Internacionais a partir de 1970.	29
2.2 - Agenda Ambiental Internacional no pós - Guerra Fria	34
2.3 - Agenda 21	37
2.4 - O Meio Ambiente pós Rio- 92	41
Capítulo 3:	47
3.1 - A Agenda 21 à luz da crítica realista	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
BIBLIOGRAFIA	65

**LISTA DE TABELAS:**

Tabela 1: As Recomendações do Consenso de Washington	21
--	----

**LISTA DE FIGURAS:**

Figura 1: Biocapacidade Global	51
--------------------------------	----

**LISTA DE GRÁFICOS:**

Gráfico 1: Emissões de Dióxido de Carbono	52
---	----

Gráfico 2: Estoque de Carbono na Biomassa Florestal	53
---	----

## INTRODUÇÃO

O Meio Ambiente e os problemas decorrentes de sua devastação, constituem-se um dos temas mais intrigantes da sociedade internacional contemporânea, na medida em que comumente atribui-se ligação entre a destruição ambiental e o crescimento econômico desenfreado de alguns países. As discussões acerca do ambientalismo internacional na atualidade, são voltadas para a conciliação do desenvolvimento econômico com assuntos de meio ambiente, como sugere a Agenda 21 a partir do conceito de desenvolvimento sustentável. Ela é fruto da principal expressão do ambientalismo internacional, a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente de Desenvolvimento, Rio-92, no início da década de 1990, e apresenta-se como o principal guia para o desenvolvimento sustentável. Desde então, a Agenda 21 têm ocupado o centro das discussões sobre meio ambiente, e vem sendo muito difundida por países desenvolvidos, com os Estados Unidos no centro do debate, sob a alegação de que ela introduz um modelo ideal de crescimento, a ser implementado por países ainda em de desenvolvimento, onde é possível adotar práticas econômicas menos destrutíveis ao meio ambiente, em harmonia com a preservação dos recursos naturais.

O custo estimado para a implementação da Agenda 21 nos países em desenvolvimento foi de U\$S 625 bilhões por ano (PNUMA, 2002), sendo que parte desse valor foi designada aos países desenvolvidos, como meio de auxiliar com as despesas da agenda. Ficou acordado também, a transferência de tecnologias menos poluentes aos países em desenvolvimento. Uma vez que os meios propostos pela Agenda 21 para implementar o desenvolvimento sustentável em países como o Brasil, Índia, África do Sul, Chile, e outros, não são de fato postos em prática, e visto que seu custo é muito alto para ser adotada por quem ainda encontra-se em processo de desenvolvimento econômico, cabe o seguinte questionamento:

O que está por trás do documento Agenda 21, construída com base no discurso do desenvolvimento sustentável?

Este trabalho busca demonstrar que a Agenda 21, com a defesa que faz ao desenvolvimento sustentável é mais uma manifestação da lógica de poder no sistema internacional. Pois, a partir de levantamentos feitos acerca do termo desenvolvimento sustentável, percebe-se que ele surgiu para amparar o “*lobby ambientalista do Norte, e o desenvolvimentista do Sul*” (WORSTER,(s.d.):02-03). Nesse aspecto, o *lobby* ambientalista dos países desenvolvidos apresenta-se como uma forma de congelar a distribuição econômica interestatal, pois o discurso do desenvolvimento sustentável faz parecer imoral a atitude de expansionismo econômico por parte das nações subdesenvolvidas, já que é tomado como uma ameaça ao meio ambiente. A Agenda 21 representa, assim, o desejo dos Estados desenvolvidos em continuarem destruindo os recursos ambientais, com o consumo em larga escala, a atividade industrial acelerada, e a conseqüente emissão de gases nocivos à atmosfera, visto que estas práticas são imprescindíveis à manutenção de suas economias gigantes.

O presente trabalho faz assim, uma análise da Agenda 21, em analogia com a crítica realista feita por Edward H. Carr, à doutrina da Harmonia de Interesses, e a partir das contribuições de Friederich List e Ho-Joon Chang. Para isso são apresentados os pressupostos utópicos, utilizados por grupos dominantes para advogarem a existência de valores supostamente universais, mas que na verdade escondem o interesse particular de quem os empregam. Deste modo, procura-se desvendar o caráter pragmático desses discursos empregados por grandes grupos na história da política internacional.

O principal objetivo deste trabalho é fazer um levantamento a cerca da Agenda 21 e do desenvolvimento sustentável, para assim conseguir desvendar o caráter intencional e pragmático de discursos sobre o desenvolvimento sustentável. Para tanto, faz-se necessário os seguintes: apresentar os pressupostos da teoria utópica, assim como as contribuições de



Friederich List, e Ho-Joon Chang; apresentar a emergência dos assuntos de Meio Ambiente nas Relações Internacionais; e por fim, analisar a Agenda 21 a partir das contribuições dos autores mencionados.

No primeiro capítulo, é apresentada a teoria utópica em sua forma original, até o ponto em que suas premissas, notadamente a doutrina da harmonia de interesses, passam a ser utilizadas por outras correntes de pensamento, como forma de legitimar suas recomendações. A apresentação de List contribui para se perceber o caráter intencional dos discursos de livre-comércio disseminado pela Inglaterra nos séculos XVIII e XIX. Da mesma forma que acontece com Chang, ao desenvolver seu trabalho, em cima de uma investigação histórica do desenvolvimento econômico de alguns dos principais países do sistema internacional, seguindo a mesma linha de List, Chang (2004) procura desvendar o que está por trás do discurso da “boa governança”. Por fim, esse capítulo traz a crítica realista de Edward Carr ao ideário utópico, identificando os pontos fracos da teoria.

No segundo capítulo é abordada a emergência da temática ambiental nas Relações Internacionais, para isso serão analisadas as principais conferências ambientais realizadas desde Estocolmo em 1972. É apresentado o conceito de desenvolvimento sustentável mais aceito na atualidade, bem como o documento Agenda 21. São também apresentados os seguintes: o Relatório Nosso Futuro Comum, responsável pelo conceito de desenvolvimento sustentável, em seguida a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Rio-92, passando pelas conferências pós Rio- 92, a Rio+ 5, o Protocolo de Kyoto, e por fim a Conferência de Jonesburgo, ou Rio + 10.

No último capítulo é feita a análise da Agenda 21 em analogia com as críticas realistas de Carr, e a contribuição de List e Chang. Para isso, ele traz dados relacionados à utilização

dos recursos ambientais por países desenvolvidos, uma investigação do desenvolvimento sustentável, para assim se chegar às principais conclusões.

## **Capítulo 1: Valor Universal**

Desde os primórdios da ciência é constantemente questionada a validade de teorias e correntes de pensamento, e a utilidade destas é muitas vezes melhor percebida a partir do momento em que são contestadas por outras teorias. Como será apresentado a seguir, isso é percebido com clareza a partir das contribuições de Friederich List em desvendar o utilitarismo presente na teoria liberalista, da escola do *laissez-faire*, que tem Adam Smith como principal defensor, bem como a partir da contribuição de Hoo- Jon Chang, trazendo à tona a mesma descoberta com relação às “boas instituições” recomendadas aos países em desenvolvimento, pela corrente Neoliberal. Tem-se que ambas as correntes, Liberalista e Neoliberalista, compartilham de premissas utópicas, ao fazerem uso da doutrina da harmonia de interesses a fim de emplacar com perfeição seus discursos no cenário internacional. Por fim, coube a Edward Carr identificar e desmascarar, a partir de pressupostos realistas, o arcabouço teórico dos utópicos, com a crítica que faz à doutrina da harmonia de interesses, e outros princípios da teoria.

### **1.1 A Doutrina da Harmonia de Interesses**

A doutrina da Harmonia de Interesses resulta de um debate do século XVIII sobre ética e política, travado entre duas correntes de pensamento da época, os intuitivos e os realistas. A primeira corrente, a dos intuitivos, defendia que a ética era mais importante que a política e, portanto, ela vem antes da política. O que eles querem dizer é que, antes de qualquer coisa o indivíduo deve ser ético, ao ponto de subordinar seu próprio interesse ao interesse da comunidade, em prol de um “bem” maior. Nesse sentido, a obrigação do indivíduo de

submeter-se às leis e regras a ele impostas pela comunidade, se dá pela sua intuição sobre o que é certo (CARR, 2001).

A corrente realista, por outro lado, defende que a política é que vem antes da ética, sendo que o mais forte manda porque tem poder para isso, enquanto os súditos obedecem porque estão na condição de mais fracos. Um exemplo simples para ilustrar essa situação, é a relação entre os entes familiares, onde os pais, autoridade maior da casa, mandam porque são os superiores, enquanto os filhos obedecem porque estão abaixo na hierarquia familiar, e do contrário seriam obrigados pelos pais a obedecê-los. Diante de tais constatações, os realistas desenvolveram um argumento com base na razão, de que os indivíduos submetem-se às regras e leis a eles impostas, porque do contrário serão forçados pelo mais forte a fazê-lo (CARR, 2001).

Os utópicos, por sua vez não satisfeitos com as explicações dadas pelas duas correntes à questão da disputa ética versus política, buscaram resolver o problema de outra forma, desenvolvendo um raciocínio que abarcasse as inquietações de ambas. Para tanto, partiram do pressuposto de que “o mais elevado interesse do indivíduo coincide naturalmente com o da comunidade, e que ao visar o interesse próprio, o indivíduo visa o da comunidade simultaneamente, já que em última instância, ao promover o interesse da comunidade, ele estará promovendo o seu próprio interesse” (CARR, 2001:58). Os utópicos crêem profundamente numa obrigação ética, e, portanto, desenvolveram esse argumento com o objetivo de darem um sentido racional à explicação do por que os indivíduos submetem-se às regras criadas a partir do interesse da comunidade. O argumento dos utópicos, de que existe uma harmonia entre os interesses dos dois – indivíduo e comunidade - constitui-se a base de todo o pensamento da doutrina da Harmonia de Interesses, que graças a Adam Smith e sua escola do *Laissez-faire*, ou Livre Mercado, tornaram-na ainda mais conhecida.

Adam Smith escreve para a Inglaterra do século XVIII e XIX. Ele encarregou-se de tomar emprestado o pensamento utópico e levar para os ensinamentos de economia, bastando apenas algumas adaptações para que a doutrina se encaixasse em suas pretensões enquanto defensor do livre comércio. Em sua obra mais conhecida, “*Riqueza das Nações*”, ele desenvolve um estudo sobre a natureza e as causas das riquezas das nações, com base na doutrina da harmonia de interesses, afirmando ser real a harmonia entre indivíduo e sociedade, mesmo se os indivíduos envolvidos não estiverem conscientes dela (CARR, 2001). De acordo com Smith (1983), os indivíduos buscam descobrir a aplicação mais vantajosa de seu capital, visando a vantagem própria e não a da sociedade, no entanto ao buscar sua própria vantagem, naturalmente, e necessariamente, ele é levado a preferir aquela aplicação que acarreta em maiores vantagens para a sociedade (SMITH, 436). Em suas palavras,

O indivíduo na realidade não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não a de outros países ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas o seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por uma *mão invisível*<sup>1</sup> a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções (SMITH, 1983: 438).

Com isso, pretendia mostrar que se podia confiar no indivíduo para promover os interesses econômicos da sociedade, já que ele estaria promovendo também seu próprio interesse. Segundo Smith (1983), os homens são os motores do desenvolvimento social, já que ao visar o próprio lucro, o indivíduo é levado a promover involuntariamente o bem da sociedade como um todo. E o meio para que isso pudesse acontecer, era através de um sistema livre de trocas de mercadorias e serviços, que alegava-se satisfazer as necessidades humanas e traria bem-estar às pessoas. Nesse sentido, para que a *mão invisível* pudesse agir em condições plenas, era necessário que comércio e produção operassem livres de intervenções por parte do governo, ou de qualquer possível interventor.

---

<sup>1</sup> Grifo meu.

A escola do *laissez-faire*, e seus preceitos alcançaram tamanha magnitude, que tornaram confusa a relação da economia com o dito ético ou moral. Se o livre mercado buscava o maior bem para o maior número, logo, como escreveu Henry Ford, “qualquer coisa que seja economicamente certa é também moralmente certa” (Henry Ford<sup>2</sup>, *apud* Truslow Adams: 400, *apud*, CARR, 2001:60).

É importante lembrar que a doutrina da harmonia de interesses foi incorporada aos estudos de economia da escola de Adam Smith no século XVIII, quando na segunda metade deste mesmo século, a Inglaterra investia pesado em seu processo de industrialização, e dá o grande salto rumo à Revolução Industrial. A Inglaterra naquele momento, havendo alcançado o desenvolvimento pleno de seu parque industrial, pregar as vantagens de um livre-comércio internacional se encaixava perfeitamente em seus interesses enquanto potência mundial.

Ao pai do *Laissez-faire* coube a missão de reformular a doutrina da harmonia de interesses a fim de enquadrá-la ao novo contexto, caracterizado pelo aumento da demanda por produtos industrializados, expansão da produção, dentre vários outros benefícios, que acreditava-se, traria a revolução industrial (CARR, 2001). O livre-comércio agora era o meio mais certo de trazer benefícios para as nações, pois o que antes acontecia dentro da nação, passava acontecer também no plano externo. Os defensores do livre mercado asseguravam em relação às nações, que ao servirem à humanidade estariam também servindo a si próprias e vice-versa (CARR, 2001).

Segundo Smith (1983), era necessário deixar o comércio agir por si próprio, alegando ser possível obter maiores ganhos com o livre intercâmbio comercial entre os países. Logo, um mercado auto-regulável, livre de qualquer controle por parte do estado era a chave para o progresso de todas as nações. Diante daquele novo contexto, foi garantida a sobrevivência prolongada do pensamento utópico.

---

<sup>2</sup> Original não encontrado.

Mas como a história indica a prática protecionista, até hoje comumente reprovada pelos defensores do livre comércio, serviu à Grã-Bretanha, bem como a vários outros países, como os Estados Unidos e Alemanha, para desenvolverem e consolidarem suas indústrias (CHANG, 2004). Com a Inglaterra, na segunda metade do século XIX, optando por abrir mão de medidas protecionistas e havendo decidido revogar a chamada *Corn Law*<sup>3</sup> (CHANG,2004), o discurso do livre comércio pôde ser reproduzido por este país com mais eloquência. Até que, passado o tempo outras formas de pensamento começam a ganhar espaço, ainda que modesto, indo contra a doutrina da harmonia de interesses sob a forma como Adam Smith a concebeu.

É importante fazer uma ressalva quanto à cronologia dos fatos. A principal corrente de pensamento predominante no cenário econômico europeu durante os séculos XV e XVI foi a mercantilista, sob a tutela do Estado Absolutista. O liberalismo econômico, surge na realidade em oposição ao mercantilismo. O Mercantilismo por sua vez, já sendo uma expressão conhecida, não deixou de existir com a ascensão da corrente liberal, e apesar de ficar desacreditada diante das promessas do livre-comércio, ele foi reformulado e volta em cena atendendo por protecionismo.

E nesse sentido, o economista alemão Friedrich List, foi o responsável por contestar os ensinamentos de livre-comércio de Smith, e a idéia de *economia cosmopolítica*<sup>4</sup>. List buscou desenvolver um manual de economia política, analisando o processo de evolução econômica de algumas nações, para então conseguir comprovar suas hipóteses, e em seguida formular um marco explicativo do processo de evolução econômica por que passaram os principais países de sua época (LIST, 1983:08). Visto que as recomendações Adam Smith e da Inglaterra, eram por demais benévolas, List procurou investigar o que estava por traz dos ensinamentos de Smith, para então descobrir como esta e outras nações se enriqueceram de fato, e acabou deparando-se

---

<sup>3</sup> As Corn laws, ou Leis do Trigo incumbiam de estabelecer tarifas protecionistas nos principais grãos produzidos na Inglaterra no século XIX.

<sup>4</sup> List (1983) define economia cosmopolítica como uma doutrina que tem por objetivo único, os interesses da sociedade humana inteira, sem considerar os interesses específicos de nações individuais (LIST, 1983: 90).

com algumas contradições com relação ao que sugere, e ao que realmente é a escola do *laissez-faire*. A próxima sessão, portanto, destina-se à apresentação do pensamento de List.

## **1.2 Contribuição de Friedrich List**

List é um dos expoentes do argumento da “indústria nascente”, e muito conhecido também pela impiedosa crítica que faz a Adam Smith e à escola do *Laissez-faire*, em seu livro “*O Sistema Nacional de Economia Política*”. Seu argumento é desenvolvido a partir de uma análise fundamentada na observação empírica que fazia da realidade social bem como de em acontecimentos históricos. Grande parte de sua obra é voltada para o exame das políticas comercial e industrial dos países mais importantes do mundo ocidental da época (LIST, 1983).

Segundo List (1983), as nações passam por cinco estágios de desenvolvimento: barbárie inicial, estágio pastoril, estágio agrícola, estágio agromanufatureiro, e por último, estágio agromanufatureiro-comercial. Como a própria história do desenvolvimento econômico nos mostra, só é possível desenvolver uma indústria forte com a ajuda do Estado intervindo nas transações comerciais, como afirma List (1983): “só se pode atingir uma atividade manufatureira perfeitamente desenvolvida, uma importante marinha mercante e um comércio exterior em larga escala, mediante a intervenção do poder do Estado” (LIST, 1983:125). O que é ainda mais evidente ao se observar o caso da Inglaterra, que sempre fez uso da política em assuntos de economia.

A intervenção defendida por List (1983), significa principalmente, proteger a indústria nacional da concorrência das nações com indústrias já desenvolvidas, implantando tarifas em produtos importados. Essas tarifas devem ser moderadas nos primeiros estágios de desenvolvimento, e ir aumentando gradativamente. É imprescindível, no entanto, que nações em processos iniciais de industrialização, adotem taxas alfandegárias mais altas, a fim de

protegerem suas “indústrias nascentes” (LIST,1983), e assim evitar que a concorrência de produtos manufaturados de nações mais desenvolvidas, estrangule a indústria nascente.

Ao Estado cabe ainda, a missão de desenvolver a agricultura, o comércio, a navegação, as artes, as ciências, estabelecimentos educacionais, bem como aperfeiçoar os meio de transporte interno de sua nação (LIST, 1983).

Contrariando o que Smith e outros defensores do livre mercado mundial dizem, List (1983) argumenta que a liberalização comercial só é benéfica para nações que já atingiram certo grau de amadurecimento industrial, e não para todas as nações, como a corrente ortodoxa quer que se creia. E uma observação mais atenta da história do desenvolvimento econômico dos países ricos - e em especial da Inglaterra - leva-nos a constatar que esses países adotaram primeiro políticas protecionistas, a fim de promoverem suas indústrias nascentes, para só então adotarem o livre-comércio (LIST, 1983) <sup>5</sup>.

Mas porque então defendem o livre-comércio? List parece ter a resposta para esta pergunta, quando diz que a “doutrina cosmopolita” de Smith, tinha propósitos nacionalistas (LIST, 1983), com a Inglaterra, principal nação defensora das políticas liberais, interessada em manter a posição de principal potência industrial da Europa a qualquer custo.

À escola clássica interessava substituir a Economia “Política” ou nacional, pela “economia cosmopolítica ou mundial”, partindo do pressuposto de existência de uma união ou confederação universal de todas as nações com o “objetivo” último de garantir a “paz universal perpétua”, através das práticas de livre comércio. No entanto, para que se possa pensar a existência de uma união universal das nações, é necessário que a maioria dessas nações tenha atingido aproximadamente o mesmo grau de desenvolvimento de suas indústrias e civilização, e certa medida de cultura política e poder (LIST, 1983: 90-93).

---

<sup>5</sup> Alguns anos mais tarde, Ha-Joon Chang vai confirmar a tese de List, afirmando ter sido a promoção da indústria nascente, a principal causa a que levou a maior parte das grandes potências a lograrem êxito. Além da Inglaterra, os Estados Unidos e a Alemanha são excelentes exemplos de nação prospera, graças a práticas protecionistas (CHANG, 2004).



Posto isso, o que escola pretendia na verdade era divulgar os benefícios de um livre comércio baseado na existência da harmonia geral de interesses entre as nações,<sup>6</sup> a fim de esconder o verdadeiro caminho por ele trilhado, e assim impedir que outras nações adotem as mesmas medidas protecionistas das quais se favoreceram para alcançar riqueza e poder. De acordo com List (1983),

Toda Nação que, por meio da adoção de taxas protecionistas e de restrições à navegação estrangeira, conseguiu aumentar sua força manufatureira e sua navegação a tal ponto que nenhum outro país é capaz de manter livre concorrência com ela, nada melhor e mais sábio pode fazer do que atirar para longe essas escadas que serviram para construir sua própria grandeza, apregoar às outras nações as vantagens e benefícios do livre comércio, e declarar, em tons penitentes, que até aqui andou por caminhos errados, e só agora, pela primeira vez, conseguiu descobrir a verdade (LIST, 1983: 249).

A Inglaterra, portanto, alcançou de maneira sábia o status de maior potência industrial utilizando medidas protecionistas, e com o Estado intervindo na atividade econômica do país, protegendo suas indústrias nascentes, aperfeiçoando os meios de transporte adequados à atividade comercial, entre outras medidas, e não valendo-se do livre-comércio, como propunha a escola do *laissez-faire*. O principal objetivo dos seguidores da escola, fazer com que todos acreditassem na liberalização comercial como a chave para o progresso das nações, era o de “chutar a escada” pela qual a Inglaterra subiu, e assim impedirem que os outros a utilizassem para chegarem aonde a Inglaterra chegou (LIST, 1983).

Por fim, List (1983) acusa-os de praticarem um “cosmopolitismo ilimitado”, que não leva em conta as condições e circunstâncias de cada nação, mas somente o próprio interesse enquanto país industrializado, servindo-se de uma linguagem generalista, ao afirmar que o livre comércio era benéfico para todos os países. Em suas palavras:

O sistema defendido pela escola é falho, em função do cosmopolitismo ilimitado, o qual não reconhece o princípio da nacionalidade, nem leva em consideração o atendimento das exigências e interesses dessa nacionalidade (LIST, 1983: 123).

---

<sup>6</sup> List alega que o livre-comércio só é benéfico entre países de nível de desenvolvimento industrial semelhante, mas não entre os que têm diferentes níveis de desenvolvimento (LIST, 1983: 93).

A teoria Liberal predominou como principal corrente de pensamento econômico durante os séculos XVIII e XIX, e algum tempo após a crítica de List (1983) aos ensinamentos de livre mercado de Smith. Contudo, a I Guerra Mundial foi o ponto de ruptura entre a falácia do pensamento clássico, pois viu-se que o interesse universal na paz, a ser assegurado pelas políticas do livre-comércio, não foram suficientes para evitar um conflito mundial, e na verdade ele predominou durante todo esse tempo, como a lógica prevalecente entre os Estados, para assegurar o interesse dos grupos dominantes.

Outro autor seguindo a mesma linha de pensamento de List, Ha-Joon Chang, responsável pelo livro *“Chutando a Escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica”*, no qual faz uma leitura contemporânea dos ensinamentos de List, tendo enfatizado o papel que as diversas instituições – de cunha econômico, social, burocrático, etc. – têm sobre o desenvolvimento econômico dos países.

### **1.3 A Contribuição de Ha-Joon Chang**

Atualmente os países em desenvolvimento têm sofrido fortes pressões internacionais para adotarem novas “instituições de padrão global”, como parte do discurso da “boa governança”<sup>7</sup>. Sendo que este processo de transição e adoção das “instituições boas” deve ocorrer o mais rápido possível, ou no prazo de cinco a dez anos<sup>8</sup>. Para Chang (2004), esta é mais uma forma que os Estados desenvolvidos encontraram de “chutar a escada”, para impedirem os países em desenvolvimento de alcançarem também o sucesso econômico. Pois, como será visto adiante, o estabelecimento de determinadas instituições nesses países, demorou décadas ou até mesmo gerações, mesmo nos casos cuja necessidade já havia sido detectada há muito tempo (CHANG, 2004: 228). As modificações por que passou o cenário econômico mundial desde o grande

---

<sup>7</sup> A expressão “boa governança” significa que todos os países devem adotar as “boas instituições” e políticas provenientes do discurso neoliberal.

<sup>8</sup> Os acordos feitos na OMC, por exemplo, pressionam os países a fazerem essas mudanças o quanto antes, sob pena inclusive de serem punidos pela Organização Mundial do Comércio.

triunfo da economia capitalista liberal, sugerem uma nova abordagem das medidas recomendadas pela corrente econômica ortodoxa – atendendo agora por neoliberalismo - aos países em desenvolvimento.

O novo liberalismo ou neoliberalismo, como é conhecido, surge como resposta à crise do “Estado de Bem –Estar Social”<sup>9</sup> iminente nas décadas de 1980 e 1990, e apesar de aparentar-se mais flexível do que o liberalismo (BRUM, 1999) fundamenta-se no mesmo ideário, o de uma economia auto-regulável sem qualquer intervenção por parte do Estado. Em linhas gerais o neoliberalismo prega a redução do Estado e sua retirada da atividade econômica, incentiva a privatização de empresas e outros setores de responsabilidade do Estado; prega a eliminação ou redução de tarifas alfandegárias a fim de facilitar as condições para o livre comércio de bens e serviços entre países e blocos econômicos (BRUM, 1999: 95).

As boas recomendações feitas aos países em desenvolvimento são, antes de tudo, parte do pacote de medidas neoliberais, disseminadas principalmente pelos Estados Unidos desde a década de 1980. Essas medidas tomaram forma sob o que ficou conhecido como o “Consenso de Washington”, o qual se incumbiu de apresentar um programa de ações e reformas aos Estados.

De acordo com Rodrik (2006), o Consenso de Washington divide-se em duas gerações de reformas, sendo a primeira geração formada por princípios de busca por estabilidade macroeconômica, liberalização e abertura da economia doméstica, privatizações, priorização dos gastos públicos, reforma tributária a fim de minimizar os déficits fiscais, desregulamentação e outros. A segunda geração de reformas constitui-se basicamente na implementação de “boas instituições”, como o complemento ao primeiro grupo, e portanto, como pretendem os partidários do neoliberalismo, essenciais para obter-se sucesso na adoção

---

<sup>9</sup> O chamado “estado de bem-estar social” surge como o fim almejado pelas políticas Social-Democratas. O Estado social-democrata regia-se pelas seguintes medidas calcadas no pensamento Keynesiano: o pleno emprego, ampliando a ação do Estado, mesmo que financiado com déficits públicos e aumento de impostos; e ainda, maior igualdade social, através da ação do Estado como regular do mercado e provedor de serviços sociais (BRUM,1999:45).

do pacote neoliberal (RODRIK, 2006). O quadro a seguir, traz as duas gerações de reformas recomendadas por Washington, a saber:

TABELA 1: AS RECOMENDAÇÕES DO CONSENSO DE WASHINGTON

O Consenso de Washington Original	Incrementações ao Consenso de Washington
1. Disciplina Fiscal	11. Governança Corporativa
2. Reorientação do Gasto Público	12. Anti- Corrupção
3. Reforma Tributária	13. Mercado De Trabalho Flexível
4. Liberalização Financeira	14. Acordos no âmbito da OMC
5. Taxas de câmbio unificadas e competitivas	15. Códigos e Padrões Financeiros
6. Liberalização Comercial	16. Abertura “Prudente” à Conta-Capital
7. Abertura ao Investimento Externo Direto	17. Abolição aos regimes de câmbio
8. Privatização	18. Bancos Centrais Independentes
9. Desregulamentação	19. Instituições Sociais asseguradas
10. Garantia da Propriedade Privada	20. Redução da Pobreza

Fonte: Journal of Economic Literature, Vol. XLIV (Dezembro, 2006).

RODRIK (2006: 978)

Esse pacote de medidas do Consenso de Washington é visto com desconfiança por vários economistas, uma vez comprovada sua ineficiência em promover o crescimento econômico, como observado a partir da experiência em países latino-americanos e da África Subsaariana. Todas essas reformas sugeridas por Washington são o que Chang (2004), chamou de “boas recomendações”.

Assim, Chang (2004) como List (1983), se presta à nobre tarefa de mostrar o que está realmente por trás dessas “boas recomendações” feitas pela corrente neoliberal<sup>10</sup> aos países

<sup>10</sup> O neoliberalismo enfatiza as virtudes do Estado mínimo, das políticas do *Laissez-faire* e da abertura econômica internacional (CHANG,2004:32).

ainda em desenvolvimento. E parte igualmente de uma perspectiva histórica em seu trabalho para analisar o desenvolvimento econômico das grandes potências econômicas.

As constatações obtidas a partir da análise histórica do desenvolvimento das potências - que abarca o período de 1815 até 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial - são utilizadas para abordar os problemas vivenciados pelos países em desenvolvimento da atualidade, é ainda, deveriam servir de lições para esses países na condução de suas políticas de desenvolvimento econômico (CHANG, 2004).

Ele faz uma análise crítica das políticas pregadas pelo ideário neoliberal aos países em desenvolvimento, percebendo um “paradoxo” entre as “políticas boas” recomendadas por Washington, e o que elas realmente acarretaram para os países que as adotaram, e chega à conclusões semelhantes às de List no século XIX com relação à Grã-Bretanha. Chang (2004) argumenta que para chegarem aonde chegaram, os países atualmente desenvolvidos recorreram a políticas industrial, comercial e tecnológica intervencionistas a fim de desenvolverem suas indústrias nascentes, o que contradiz o “pacote de boas políticas” atualmente recomendado por esses países.

A novidade trazida por Chang (2004) em seu livro, diz respeito ao estudo do papel das instituições no processo de desenvolvimento econômico dos países.

Os países desenvolvidos, além do pacote de “boas políticas”, têm recomendado a adoção de um conjunto de “instituições boas”<sup>11</sup> aos países em desenvolvimento, como condicionantes do sucesso econômico destes, devendo elas seguirem os modelos norte-americanos. Principalmente, após a crise dos países Asiáticos em 1997, esse discurso ganhou mais impulso, uma vez que aquela fora interpretada como consequência da falta de “instituições boas” e bem estruturadas naqueles países (Chang, 2004).

---

<sup>11</sup> Segundo Chang (2004), esse pacote de “instituições boas”, geralmente inclui a democracia, uma burocracia e um judiciário limpos e eficientes; a forte proteção ao direito de propriedade (privada), inclusive de propriedade intelectual; boas instituições de governança empresarial, sobretudo as exigências de divulgação de informação e a Lei de Falência; e instituições financeiras bem desenvolvidas (CHANG, 2004:124).

Através do estudo do desenvolvimento institucional nos países desenvolvidos, observa-se a lentidão com que processo de evolução até a adoção das instituições nesses Estados, se dera. Na Inglaterra por exemplo, já reconhecia-se a necessidade de uma instituição financeira como o banco central já no século XVII, no entanto o primeiro banco central do país, só foi fundado em 1844, aproximadamente cem anos depois. E nos Estados Unidos a mesma coisa, já falava-se em um banco central pouco tempo depois de sua independência, mas só em 1913 criaram o *Federal Reserve System*, que por sua vez padecia de algumas funções (CHANG, 2004: 195).

A partir da comparação que faz dos países ricos quando estavam no estágio de desenvolvimento equivalente ao estágio de desenvolvimento que países periféricos se encontram atualmente, é constatado que o progresso das instituições nos primeiros, foi mais lento se comparado à forma como esse progresso vem acontecendo nos países em atualmente em desenvolvimento. A Itália por exemplo, que em 1875 se encontrava em nível comparável ao do Paquistão de hoje, carecia de sufrágio universal masculino, de burocracia profissionalizada, de um judiciário independente e profissional, e de um banco central eficiente, instituições que o Paquistão já desenvolveu há décadas (CHANG, 2004: 202).

A lentidão com que se deu esse processo de desenvolvimento institucional nos países hoje desenvolvidos, decorre de mais de um motivo. Chang (2004) aponta pelo menos cinco: i) muitas instituições deixaram de ser adotadas nesses países porque não tiveram eficácia, ou porque não eram sustentáveis; ii) em muitos casos não foram aceitas em virtude dos que sairiam perdendo com a sua implementação; iii) não entendia-se a lógica econômica por trás delas - no caso das instituições de cunha econômico, como o banco central; iv) algumas deixaram de serem aceitas em função de certos preconceitos da época; e por fim, v) o desenvolvimento institucional foi adiado nesses países em função da interdependência das

instituições, de maneira que seria necessário desenvolverem-se simultaneamente, o que em alguns casos representava maior gasto para o Estado (CHANG, 2004: 200).

É importante deixar claro o que a história nos mostra com relação ao processo de desenvolvimento institucional. A adoção de instituições pelos países ricos se deu após um longo processo, como sugere Chang (2004), e elas surgiram na verdade, como resultados, e não causas, do desenvolvimento econômico desses países. E ainda, elas só produzem o crescimento desejado quando acompanhadas de políticas adequadas à situação do país (CHANG, 2004). Assim, o discurso da “boa governança” apresenta-se como mais uma forma de *chutar a escada* para os países em desenvolvimento, já que o caminho para alcançar o crescimento econômico, as ditas “boas instituições” e “boas políticas” econômicas, recomendado por países desenvolvidos, não é de fato, o trilhado por esses países.

A próxima sessão deste capítulo apresenta a crítica realista feita por Edward Carr aos pressupostos da ideologia utópica, sobretudo à doutrina da Harmonia de interesses incorporada à corrente do *laissez-faire*, pois tanto o pensamento Liberalista defendido pela Inglaterra, como o Neoliberalismo defendido hoje pelos Estados Unidos, compartilham com os pressupostos desta corrente de pensamento.

#### **1.4 A Crítica Realista e a Relatividade do Pensamento Político**

Tendo visto que a ideologia utópica manifestou-se na corrente liberalista predominante nos séculos XVIII e XIX, e ainda manifesta-se na atualidade sob a forma do neoliberalismo, o realismo moderno entra em cena contrariando seu ideário, predominante desde a Idade Média. Ele desenvolveu-se com a contribuição de figuras renomadas como Hobbes e Maquiavel, e tem como princípios basilares os seguintes: primeiro, a história é uma seqüência de causa e efeito, e é compreendida através do esforço intelectual, para os realistas não existe realidade fora do processo histórico. Segundo, argumentam que a prática é quem cria a teoria, e não o contrário

como imaginado pelos utópicos; e por fim contrapõem mais uma vez o pensamento utópico, afirmando que a política, ou o poder político, tem primazia sobre a ética. Segundo Maquiavel, não pode existir nenhuma moral de fato, sem haver uma autoridade efetiva, o que sustenta portanto, a teoria de que os homens mantêm-se honestos pelo exercício da coação. Hobbes complementa dizendo que “antes que os nomes de justo e injusto possam ser atribuídos, tem de haver algum poder coercitivo” (HOBBS,<sup>12</sup> *apud* CARR, 2001: 87).

De acordo com Edward Carr (2001), o realismo moderno contribuiu grandemente para revelar o caráter relativo e pragmático do próprio pensamento. A partir da concepção histórica da realidade estabelecida por Hegel, e popularizada em grande medida por Marx, e passando a servir à análise do próprio pensamento, os realistas puderam mostrar as condicionalidades históricas do pensamento utópico. Sobre esta visão, as teorias e os padrões éticos dos utópicos são, nas palavras deste autor “tanto frutos dos interesses e circunstâncias, como armas forjadas para a defesa de interesses” (CARR, 2001: 91).

Desde o século XIX, já se reconhecia a relatividade do pensamento. No entanto, com a declaração feita por Marx, que “todo pensamento é condicionado pelo interesse econômico e pelo status social do pensador”<sup>13</sup>, foi possível se repensar a relação entre o pensamento, e os interesses e circunstâncias do pensador, sendo que este princípio contribuiu para o entendimento de uma série de fenômenos do mundo político (CARR, 2001: 92).

A condicionalidade do pensamento é vista por toda parte, sobre diferentes aspectos, bastando apenas se observar as paixões ou princípios que guiam o interlocutor para se constatar a intencionalidade de seu argumento. Argumentos estes, que têm-se apresentado “tão poderosos na história do pensamento político, quanto os próprios acontecimentos” (HOBHOUSE, 1916: 177 *apud* CARR, 2001: 93). Tem-se portanto, que as teorias são muitas

---

<sup>12</sup> Página não encontrada.

<sup>13</sup> Trecho retirado da obra de Marx, *O Capital*, prefácio à 1. ed. (trad. Ingl., Everyman's Library) *apud* CARR, 2001: 92.



vezes inventadas para explicar os acontecimentos, com o objetivo de resguardar algum interesse específico.

O realista vai mais longe, afirmando o caráter pragmático do pensamento. Para os realistas, a verdade nada mais é do que o ajustamento do pensamento ao objetivo (CARR, 2001). Para se pensar o caráter intencional pragmático do pensamento em assuntos de política, basta observar o vasto número de teorias e discursos que reproduzem o “outro”, geralmente um inimigo, como ruim, inferior ou imoral, como por exemplo, a depravação de alemães nazistas ao povo judeu. Do outro lado, estão as teorias que retratam a boa reputação e a moral da política do Estado ou da pessoa que a defende. É o caso por exemplo, dos Estados Unidos e da Inglaterra, ao revestirem as políticas econômicas do *laissez-faire*, com o “manto do interesse universal”, a fim de impô-lo ao resto do mundo (CARR, 2001).

Havendo acordado que as teorias são reflexos da prática, e os princípios são na verdade reflexos da necessidade política, para os realistas, a defesa dos utópicos de padrões fixos e absolutos, como “o bem maior para o maior número” ou de um dito “bem público”, nada mais são do que um “disfarce elegante para algum interesse particular” (CARR, 2001:100). Nas palavras de Carr (2001), “o utópico defende que o que é melhor para o mundo é melhor para seu país e, então, inverte o argumento para ler que o que é melhor para seu país é melhor para o mundo”, mas não é capaz de estabelecer, em conformidade com o padrão absoluto, que seja dever de seu país colocar o interesse do mundo antes dos seus próprios (CARR, 2001: 100).

Vem daí o porquê de Estadistas, por vezes pessoas influentes formadoras de opinião, utilizarem os princípios invertidos do ideário utópico em discursos, do tipo propagado por Woodrow Wilson após bombardear Vera Cruz, uma cidade do México, em 1914. De acordo com o Estadista norte-americano, “os Estados Unidos atacaram o México para servirem à humanidade”<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Trecho retirado do *Public Papers of Woodrow Wilson: The New Democracy*, ed. R.S. Baker, I, pág.104 *apud* CARR, 2001: 103.

A doutrina da Harmonia de Interesses por sua vez, é também sustentada pela inversão do argumento utópico, aquele afirmando que, o que é melhor para o seu país é também melhor para o mundo, ela é o princípio utilizado por grupos dominantes para manterem coesos os interesses mais elevados da humanidade com os seus próprios. Assim, qualquer nação que ameace por exemplo o interesse de um grupo dominante, estará em última instância, indo contra o próprio interesse, bem como o de toda a humanidade, sob pena de ser condenado pela atitude imoral perante a sociedade internacional.

Carr (2001) aceita de certa forma, a ligação entre os interesses de grupos privilegiados e da humanidade como um todo, argumentando que a supremacia destes grupos é geralmente tão esmagadora, que seu bem-estar traz também, às outras nações certos benefícios (CARR, 2001), diante das relações de interdependência que caracterizam o comércio internacional. No entanto, ele reitera o caráter intencionalista do discurso da natural harmonia de interesses, por vezes falacioso com pretensões de manutenção da paz internacional, como sendo um discurso utilizado por potências para resguardar seus interesses mais íntimos, bem como para manterem seus *status quo*. Em suas palavras: “a doutrina da harmonia de interesses serve, como um artifício moral engenhoso invocado, com perfeita sinceridade, por grupos privilegiados para justificar e manter sua posição dominante” (CARR, 2001: 106).

Assim, o discurso da “boa governança” disseminado pela corrente neoliberal recentemente, bem como as políticas do *laissez-faire*, defendidas pela Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, ambos defendidos por grupos dominantes, são na realidade discursos de caráter “intencional pragmático”, fundamentados na ideologia utópica, da “harmonia de interesses”. O que está por trás da reprodução dessas ideologias como supostos “valores universais”, é por fim, a manutenção da supremacia dos grupos dominantes que as defendem. Estes por sua vez, fazem uso de uma moral espúria para convencer indivíduos e nações a adotarem seus princípios, pensando em seus próprios benefícios, e não promover o bem da humanidade como

querem que se pense, confirmando desta forma, o princípio realista de Maquiavel de que “a moral é produto do poder” (CARR, 2001:106).

Essas contribuições teóricas possibilitam interpretar o discurso do desenvolvimento sustentável em voga no século XXI, defendido principalmente pelos países desenvolvidos, como uma releitura da doutrina da Harmonia de interesses, onde pressupõe uma “ética universal” em torno do tema. Antes que isso seja feito, será apresentado o surgimento da temática ambiental nas Relações Internacionais, para em seguida fazer uma leitura do documento Agenda 21, sob a luz das contribuições teóricas de List, Chang e Carr.

## **Capítulo 2: Meio Ambiente e as Relações Internacionais**

A publicação do Relatório Planeta Vivo 2006 (WWF, 2006), afirmando que a natureza, não está conseguindo recuperar-se das ações promovidas pelo homem, e ainda, que até 2050 a humanidade terá consumido perigosamente, duas vezes mais recursos que o planeta pode gerar por ano, pela rede *World Wildlife Fund*, WWF - considerada uma das maiores redes de organizações ambientalistas Não- governamentais do mundo - instiga o questionamento sobre a atenção que vem sendo dada à destruição ambiental. E, por assim dizer, os resultados de iniciativas promovidas pelos atores internacionais em prol do ambientalismo internacional. Sobre esse aspecto, os primeiros passos rumo ao desenvolvimento de planos e projetos voltados para a proteção do meio ambiente, ocorreram na década de 1970, porém só vieram fazer parte da dinâmica das relações internacionais, no início da década de 1990, com o fim da Guerra Fria, como será visto a seguir.

### **2.1 A Evolução da Temática Ambiental nas Relações Internacionais a partir de 1970.**

O século XX será sempre lembrado como a era de grandes acontecimentos que ocasionaram em modificações importantes para o sistema internacional de Estados, impactando a própria dinâmica e o estudo das relações internacionais. Acontecimentos como, avanços no campo da ciência, aprimoramento de tecnologias existentes, intensificação do processo de industrialização e de globalização, tiveram lugar também naquele século (HOBSBAWN, 1995).

Num contexto de grandes avanços e descobertas do século passado, impulsionados pela globalização surgem os primeiros estudos que se atentavam para a relação do homem com o Meio Ambiente, bem como os efeitos nocivos desta relação. Uma vez constatados os danos ao meio ambiente provenientes desta relação, a responsabilidade pela recuperação e preservação do mesmo, seria, portanto, de toda a sociedade internacional, já que a

problemática ambiental decorre de processos naturais que perpassam os limites territoriais de cada Estado (RIBEIRO, 2001).

O Relatório *Limites ao Crescimento* (MEADOWS, *et al.*, 1972), elaborado por pesquisadores do Clube de Roma e publicado no início dos anos 1970, é considerado de extrema importância para a evolução do estudo ambiental. Foi produzido com objetivo de alertar o mundo, sobre os padrões de industrialização, poluição, e exploração de recursos naturais, que se mantidos nos padrões da época, poderiam levar as fontes mundiais a esgotarem em 100 anos. A publicação do relatório foi recebida com críticas de diversos tipos, por ter sido considerado por muitos um estudo de caráter radicalista, uma vez que propunha a redução drástica do crescimento econômico e da industrialização (MEADOWS, *et al.*, 1972). Sua publicação causou de fato furor entre os atores internacionais, já que aos países ricos principalmente, responsáveis pela maior parcela de emissão de gases nocivos à atmosfera decorrente de suas atividades industriais, foi atribuída a culpa por agressão ao meio ambiente (RIBEIRO, 2001).

Ainda assim, esse relatório apresenta-se como o precursor do surgimento de importantes iniciativas, que vieram em seguida a ele, em relação a questões de cunho ambiental, que a partir de então passaram a receber maior atenção por parte da Comunidade Internacional, em especial após a Guerra Fria. No fim do século XX, época tomada por um ambiente de incerteza e medo em função da Guerra Fria, tiveram lugar duas iniciativas voltadas para o Meio Ambiente: a *Conferência de Estocolmo*, e a produção do *Relatório Nosso Futuro Comum* - ou Relatório Brundtland.

A primeira delas, ministrada pelas Nações Unidas, realizou-se em Estocolmo no ano de 1972, e foi denominada *Conferência sobre Meio Ambiente Humano*. Sua menção faz-se necessário, uma vez que, esta Conferência foi o primeiro grande encontro, no âmbito da ONU, voltado para os problemas ambientais. Ela estabeleceu um vasto número de princípios,

instituições e programas que contribuíram para a criação de conceitos relacionados ao Meio Ambiente. Dentre eles, a noção de desenvolvimento sustentável, bem como o estabelecimento de padrões de cooperação ambiental no âmbito externo, num período posterior. Foram tratados também, assuntos relacionados à poluição atmosférica, à poluição das águas e do solo, o problema do acelerado crescimento demográfico relacionado com a escassez de recursos naturais (BAYLES *et al*, 2001).

Ainda em Estocolmo, tiveram lugar discursos voltados para a “necessidade” de controlar o crescimento econômico de países em fase de industrialização. Estes passaram a fazer parte dos demais encontros internacionais voltados para o meio ambiente. Bayles *et al*. 2001, atribuíram aos principais resultados desta conferência, os seguintes: a produção de uma Declaração de Princípios acordados entre os participantes, dentre eles estava a introdução da discussão da relação entre Meio Ambiente e Desenvolvimento econômico num contexto Norte-Sul; a criação em 1973 de um Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o PNUMA, que serviria para coordenar as atividades de outros agentes das Nações Unidas relacionadas ao meio ambiente, e promover a integração de temas ambientais no trabalho desses agentes; o estabelecimento de uma rede de monitoramento de problemas ambientais; e ainda, estimulou a criação por parte dos Estados, de ministérios de Meio Ambiente, e o surgimento de ONG’s ambientais por toda parte do mundo (BAYLES *et al*, 2001).

A década de 1980, por sua vez, foi tomada pelo surgimento e aprofundamento dos problemas ambientais. Esses problemas começavam a ser popularizados, com a divulgação de pesquisas difundindo a destruição de uma importante camada da atmosfera onde se concentra o ozônio - gás responsável por filtrar os raios ultravioletas emitidos pelo sol - aumentando conseqüentemente a radiação a que seres humanos estão expostos. E neste sentido a maior vulnerabilidade a doenças de pele. O efeito estufa também aparece como um problema na medida em que gases como os clorofluorcarbonos (CFCs) e os

bromofluorcarbonos (BFCs) emitidos pelo homem, alteram o processo natural de efeito estufa, tendo efeitos sobre o clima, sobre a chuva, sobre o nível do mar, dentre outros. Acrescenta-se a esses fatos, acidentes ambientais que ocorreram nesse mesmo período, como o acidente da Usina de Chernobyl na Ucrânia, eles contribuíram para a condução dos atores internacionais a tomarem iniciativas visando a cooperação acerca do meio ambiente (DUARTE, 2004).

Como resposta ao furor da década de 1980, o Relatório *Nosso Futuro Comum* produzido em 1987, chamava a atenção para a importância da cooperação internacional com vistas a solucionar os problemas de meio ambiente e desenvolvimento, ele é resultado dos trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, estabelecida pela ONU e presidida pela primeira Ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland. Essa comissão foi responsável ainda pela consolidação da noção de *Desenvolvimento Sustentável*.

Isso se deu após análises do fraco desempenho das agendas originadas em Estocolmo e de iniciativas posteriores, que em sua maioria estavam voltadas para a questão da poluição ambiental, de políticas de proteção, deixando de lado questões de desenvolvimento econômico que eram de interesse, principalmente dos países em fase de desenvolvimento. Como salientam Reis, Fadigas e Carvalho (2005):

O relatório evidenciou a recusa dos países em desenvolvimento de tratar as questões ambientais em seu estrito senso, ancorados na necessidade de discutir os paradigmas de desenvolvimento e sua repercussão na utilização dos recursos naturais e sistemas ecológicos. (REIS et. al, 2005:3)

Após constatações feitas em relação à crescente interferência do homem nos sistemas naturais, essa comissão definiu, no Relatório “Nosso Futuro Comum”, o desenvolvimento sustentável da seguinte maneira:

É aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades (Nosso Futuro Comum, 1991:46).

Tem-se que esse conceito foi elaborado com o objetivo de influenciar os modelos de desenvolvimento econômico vigentes, por apresentarem-se prejudiciais aos processos ambientais naturais, e ainda com pretensões de erradicar a pobreza no mundo (MMA, 2000). De acordo com uma publicação do Ministério do Brasil de Meio Ambiente, o desenvolvimento sustentável,

[d]eve significar desenvolvimento social e econômico estável, equilibrado, com mecanismos de distribuição das riquezas geradas e com capacidade de considerar a fragilidade, a interdependência e as escalas de tempo próprias e específicas dos recursos naturais (MMA, 2000:17).

Apesar de encontrar resistência quanto a sua viabilidade e aplicabilidade, o conceito de desenvolvimento sustentável consolidado no Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, continua sendo o mais utilizado para fazer referência ao termo. Ele vêm sendo cada vez mais difundido no contexto internacional.

Contudo, quanto a concretização de políticas ambientais naquele período, ainda tomado pelo conflito Leste-Oeste, poucos foram os avanços alcançados no tangente à implementação de uma agenda ambiental internacional. Já que as preocupações quanto as questões de segurança continuaram roubando a cena no cenário político internacional, e desta forma, retiveram a atenção de toda a comunidade internacional. Desta forma, o fim da Guerra Fria, pode ser considerado um marco quanto ao surgimento do Meio Ambiente nos grandes debates de relações internacionais, concomitante com o surgimento da “Nova Ordem Internacional” ao final do século XX.

## **2.2 Agenda Ambiental Internacional no pós - Guerra Fria**

O que sobrou do cenário mundial ao final da Guerra Fria foi um clima de incertezas quanto aos novos rumos da ordem internacional. Com a queda do bloco socialista, o domínio em escala planetária do capitalismo, e de regimes de democracia, assistiu-se a uma “unificação” das nações - antes divididas entre Ocidente de um lado, e os países comunistas de



outro - em torno de um novo capitalismo de caráter global, e de uma globalização<sup>15</sup> sem precedentes. Para regiões ainda em desenvolvimento, como a América Latina e a Ásia Ocidental, foram muitas as dificuldades com que depararam, diante dos regimes impostos pelo novo contexto que se seguiu ao fim da Guerra Fria. Dentre os quais estão: processos de industrialização forçada, modernização tecnológica, e outros, com vistas a fazer parte daquele novo contexto de forma significativa e competitiva (LE PRESTE, 2000).

Com o fim da “Ordem Bipolar”, ocorreu uma ampliação do escopo das agendas internacionais dos Estados para além dos tradicionais temas correlatos de Guerra e Paz, bem como modificações nas abordagens de política internacional. Assim, o novo cenário político internacional emergente da nova Era, caracterizado pela interdependência dos atores, é que o meio ambiente começa a ganhar força nos grandes debates de Relações Internacionais. O meio ambiente passa a ser percebido como um problema local, mas que tem efeito sobre os demais Estados, na medida em que têm responsabilidade conjunta pelo ecossistema de uma forma geral. Assim, o meio ambiente, passa a constituir-se, um importante tema da Agenda Internacional, ao lado de demais grandes temas internacionais (RIBEIRO, 2001).

A década de 1990 representa, portanto, um grande avanço da temática ambiental no âmbito internacional, a começar pelo ano de 1992 com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a CNUMAD, sediada no Rio de Janeiro, a chamada Rio-92 ou Cúpula da Terra. Diferentemente de outras iniciativas citadas anteriormente, este encontro foi de grande sucesso e obteve excelente repercussão, sendo considerado por muitos o evento que inaugurou de fato, a inserção de temas relacionados ao meio ambiente nos assuntos de política internacional. Um dos objetivos deste evento era analisar os avanços obtidos desde 1972 em Estocolmo, até o momento de sua realização em 1992. Para isso, contou com a presença de vários participantes, dentre os quais estavam

---

<sup>15</sup> Ver Hobsbawm, 1995, parte 3: *O Desmoronamento*, para uma visão detalhada do Cenário Internacional no pós Guerra Fria.

representantes de aproximadamente 178 países, diversas Organizações Internacionais, jornalistas do mundo todo, além de representantes de Organizações Não – Governamentais, participando diretamente da reunião, e através de um fórum paralelo.

Esta reunião conseguiu mobilizar grande parte das lideranças políticas, e contou com uma rodada de discussões diversificada. Sua pauta compôs-se de temas dos mais diversos, como: novamente os problemas do efeito estufa, e da camada de ozônio, agravados ainda mais desde 1970, quando foi confirmada a agressão do meio ambiente pelo homem; a questão da devastação de florestas, do combate à desertificação, do aumento do número de espécies ameaçadas de extinção, e ainda, as formas de financiar as medidas acordadas no evento. Mas um dos objetivos da realização da Rio-92, era o de promover a integração dos três componentes do desenvolvimento sustentável: o crescimento econômico, a proteção ambiental e o desenvolvimento social, e para tanto prometia incentivar e institucionalizar a vontade internacional de proteger a biosfera e a qualidade de vida das populações por meio de uma barganha entre o Norte e o Sul (LE PRESTE, 2000).

Ao final deste encontro, foram produzidos seis importantes documentos (BAYLES *at. al.*, 2001:469):

1. A *Declaração do Rio*, fixando 27 princípios gerais de ação, que constituíram-se basicamente do resultado de um jogo político entre os países do Norte e do Sul, deixando que cada um desses estabelecesse a partir de suas vontades, os princípios desejados. Nela, encontra-se desde princípios voltados para o papel da mulher na sociedade, passando pelo princípio da precaução, até o princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada, entre os países do Sul e do Norte. Foram feitas ainda, referências às responsabilidades nacionais e a cooperação internacional de proteção ambiental, à necessidade de desenvolvimento e erradicação da pobreza, dentre outros (LE PRESTE, 2000);

2. A *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC)*, retomou as discussões acerca das mudanças climáticas iniciadas na década de 1970, diante da comprovação de que a temperatura na terra estava aumentando de maneira preocupante. Da sua formulação, objetivava-se a cooperação internacional a fim de alcançar estabilidade nos níveis de emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, como medida preventiva às alterações climáticas. Essa Convenção foi assinada por 153 países se comprometendo a manter as emissões de gases de efeito estufa até o ano de 2000, nos níveis de 1990. A Convenção Quadro entrou em vigor dois anos após a sua consolidação, em Março de 1994 (BAYLES, *et al*, 2001);

3. A *Convenção sobre Diversidade Biológica*, a qual almejava a preservação das espécies, de ecossistemas, de habitats, o estabelecimento de fontes genéticas e biotecnologias, dos direitos de propriedade intelectual e os direitos dos povos indígenas. Passando a vigorar a partir de 1993, foi o primeiro acordo voltado para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, e teve grande aceitação dos Estados;

4. A *Declaração de Princípios das Florestas*, proclama a proteção das florestas enquanto enfatiza que os Estados tem o direito soberano de explorar florestas dentro de seu território, que levou mais tarde, em 1996 a se transformar em negociações para uma Convenção sobre Florestas.

5. A *Convenção para o Combate da Desertificação*, um conjunto de princípios voltados para a necessidade de coordenar ações internacionais para lidar com problemas de degradação de territórios áridos, semi-áridos, e secos; as negociações em torno dos princípios desta convenção, só se concluíram em 1994, vindo a entrar em vigor dois em 1996. Tendo tido dificuldade para sua negociação por encontrar oposição por parte dos países ricos que alegaram não ter responsabilidade financeira com a questão da desertificação, uma vez que

este problema tem dimensões em regiões específicas, não sendo considerado, portanto uma questão global.

6. E por fim, a *Agenda 21*, considerado o documento mais importante produzido na Rio-92. Trata-se de um plano de ação a ser adotado global, local e nacionalmente por Estados, Organizações, Entidades e a sociedade civil. Ele pretende orientar os atores para um novo modelo de desenvolvimento que levasse em conta a responsabilidade ambiental, social e econômica (MMA, 2000). À *Agenda 21* será dada atenção especial, por ser o objeto de análise do presente estudo.

### **2.3 Agenda 21**

A *Agenda 21* tem como objetivo principal traçar as premissas básicas para alcançar o desenvolvimento sustentável no nível mundial. Como se viu, esse conceito foi formalmente consolidado no relatório *Nosso Futuro Comum*, e apesar de apresenta-se complexo, em função da falta de precisão quanto a sua definição (ALBAGLI, 1995), ele vêm desde então, servindo como o modelo padrão a ser seguido pelos Estados, na busca por desenvolvimento econômico em harmonia com a preservação de recursos e outras esferas ambientais.

Assim, a *Agenda 21* introduz um plano de ação para a gestão ambiental e o desenvolvimento econômico no século XXI. De fato, ela traz de uma série de recomendações quanto a contribuição de governos e organismos internacionais, e de demanda por cooperação mundial entre os diversos atores internacionais, bem como setores da sociedade, e a população com vistas para sua implementação (RIBEIRO, 2001).

Em seus 40 capítulos, buscou-se estabelecer padrões de desenvolvimento condizentes com o progresso econômico, social e ambiental simultaneamente, dentre os quais os principais são: (i) o combate à pobreza mundial, com políticas como liberalização do comércio entre os países, oferecer recursos financeiros aos países em desenvolvimento e

iniciativas concretas diante do problema da dívida internacional, e ainda estimular políticas macroeconômicas favoráveis não desenvolvimento econômico de países pobres; (ii) mudanças nos padrões de produção e consumo vigentes, por serem consideradas as principais causas da deterioração do meio ambiente, e por conseguinte, levam ao agravamento da pobreza (MMA, 1992) .

Para que tais mudanças pudessem ser alcançadas, o próprio documento deixa clara a necessidade do desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais que estimulem a implementação das medidas supracitadas, e ainda o estabelecimento de padrões de consumo e produção sustentáveis, a fim de reduzir-se as pressões ambientais e conseguir atender às necessidades básicas da humanidade. Outro ponto levantado pela Agenda, diz respeito a (iii) redução das emissões de gases de efeito estufa na Atmosfera, bem como o combate ao desflorestamento, a promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável, o manejo ambientalmente saudável da biotecnologia, de substâncias química, tóxicas, de resíduos perigosos, de resíduos sólidos e de resíduos radioativos (MMA, 1992).

Esse documento se diferencia dos outros na medida em que e não se restringe à questões ligadas a preservação, e conservação da natureza, menciona também outros fatores, tais como: a geração de emprego e renda; diminuição das disparidades regionais de renda; a necessidade de construção de cidades sustentáveis; e a adoção de novos modelos e instrumentos de gestão (MMA, 1992).

De acordo com Philippe Le Preste (1997), a Agenda 21:

[c]onsiste em definir uma parceria mundial entre diferentes atores empenhados na luta pelo desenvolvimento durável, sobretudo entre os países ricos e pobres, dando precisão aos problemas a resolver, os objetivos a perseguir, os meios a utilizar e as responsabilidades de cada um. (LE PRESTE, 1997:221).

Por fim, a Agenda 21 traz em sua última sessão os meios para a implantação dos objetivos por ela propostos, a saber, os principais são:

- a criação de uma ciência para o Desenvolvimento Sustentável, com vistas a fortalecer a base científica para o manejo sustentável, o aumento do conhecimento científico sobre o tema, para melhor avaliação científica no longo prazo, e por fim aumentar as capacidades e potenciais científicos;
- Instrumentos e mecanismos jurídicos internacionais;
- Mecanismos nacionais e cooperação internacional para fortalecimento institucional nos países em desenvolvimento, para a coleta tratamento e difusão de dados e informações, com vistas a desenvolverem a aptidão a fazer escolhas, executar decisões e assimilar novas tecnologias;
- E, sobretudo, recursos e mecanismos de financiamento, e transferências de tecnologia de países ricos, para os países em desenvolvimento.

Sobre esse último, ficou acordado que os países desenvolvidos cumprissem com a meta de contribuir com 0,7% de seu PNB, para a assistência oficial ao desenvolvimento, como forma viabilizar a implementação de parte da Agenda 21, estimativa em US\$ 625 bilhões ao ano, nos países em desenvolvimento até o ano 2000 (PNUMA, 2004). No entanto, apesar de haverem assinado um o termo se comprometendo a fazê-lo, esse teria sido um dos pontos de maior divergência na mesa de negociações da Rio-92, pois os países centrais se recusavam a estabelecer a data de implementação do compromisso acordado (LE PRESTE, 1997).

As tentativas de estabelecer as bases para o desenvolvimento sustentável na Rio-92, não pararam por ai. Nesta mesma Conferencia foi criada a primeira Comissão Internacional de Desenvolvimento Sustentável, por intermédio do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, o ECOSOC. Suas atividades se iniciaram em 1993, e se compunha por 53 membros eleitos, com a realização de reuniões anuais, com vistas a supervisionar e examinar o progresso de implementação das diversas convenções acordadas na Rio-92, com destaque para a Agenda 21. Também era de seu ofício, promover o diálogo e formar parcerias para o

desenvolvimento sustentável com os governos, a comunidade internacional e os principais grupos identificados na Agenda 21, como atores essenciais para se alcançar o desenvolvimento sustentável. E por fim, a Comissão Internacional de Desenvolvimento Sustentável era responsável por elaborar diretrizes para atividades futuras, como por exemplo, a continuação da Rio-92, e com vistas a implementar o desenvolvimento sustentável (PNUMA, 2004).

Assim a Conferência do Rio, é um marco na história do Meio Ambiente, por ter introduzido através das convenções firmadas, a cultura do meio ambiente no cenário internacional, e ainda, abriu espaço para a promoção de iniciativas posteriores voltadas para o desenvolvimento sustentável bem como para a discussão acerca da poluição atmosférica, tratada pela Convenção Quadro sobre Mudança Climática.

#### **2.4 O Meio Ambiente pós Rio- 92**

Como a cooperação multilateral havia se tornado uma prática muito comum no âmbito internacional, após a realização da Rio-92, a década de foi tomada por um vasto número de conferências reafirmando os princípios do desenvolvimento sustentável, e a consolidação dos assuntos de meio ambiente na esfera global. Para citar algumas delas, houve a Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em Viena, 1993; a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, em Cairo, 1994; a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, Brigetown, Barbados, também em 1994; a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, em Copenhague, 1995; a Quarta Conferência Mundial Sobre Mulher, em Beijing, 1995; e ainda, outras duas no ano de 1996, a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos em Istambul, e a Cúpula Mundial da Alimentação, que teve lugar em Roma (PNUMA, 2004).

Em 1997, cinco anos após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi convocada uma nova reunião especial que realizou-se na sede das Nações Unidas em Nova York, e atendeu pelo nome de Rio +5<sup>7</sup>, para avaliar os compromissos empreendidos na Rio-92. Seus resultados foram desestimuladores ao observar-se que tanto os objetivos de combate à degradação ambiental – sobretudo, como ressaltado por Duarte (2004), medidas para lidar com o aquecimento global – quanto à questão da prestação de assistência tecnológica e financeira aos países em desenvolvimento, não apresentaram sucesso satisfatório (DUARTE, 2004).

Enquanto isso, um novo acontecimento se encarregou de roubar a cena no cenário internacional comprometendo ainda mais os rumos da Agenda Ambiental global. Com os atentados terroristas ao World Trade Center em 2001, houve uma tendência de mobilização dos atores internacionais – sobretudo por parte dos Estados - novamente em dar primazia à questão da segurança internacional. E fazendo da guerra contra o terror a sua campanha política pelo mundo<sup>8</sup>.

No entanto, mesmo antes da propagação de sua “nova” campanha antiterrorista, o mesmo presidente da “guerra contra o terror”, George W. Bush mostrava-se relutante em contribuir com os assuntos de meio ambiente. A sua recusa em ratificar o Protocolo de Kyoto sobre mudanças climáticas, por exemplo, deixa clara sua posição em relação às questões de meio ambiente..

O Protocolo de Kyoto é resultado da terceira Conferência das Partes Sobre Mudança Climática realizada no Japão em 1997. Ele estabelecia metas de redução, por parte de países industrializados, de 5% de suas emissões de gases causadores do efeito estufa no período que vai de 2008 a 2012, em relação aos índices de 1990 (DUARTE, 2004). Para que entrasse em vigor, era necessário que ele fosse ratificado por 55 países, os quais fossem responsáveis por

---

<sup>7</sup> Este nome faz referência aos cinco anos que se passaram após a Rio-92.

<sup>8</sup> Acrescenta-se aos atentados de 2001, a Invasão do Iraque pelos Estados Unidos em 2002.



55% das emissões totais de gases na atmosfera. Como os Estados Unidos sozinho é responsável por cerca de 25% da emissão mundial de combustíveis fósseis, é extremamente importante que ratifiquem o Protocolo de Kyoto.

Tanto o aquecimento global, como os vários outros temas ambientais discutidos na Rio-92, foram novamente postos em mesa na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Jonesburgo - África do Sul, em 2002, também conhecida como Rio+10<sup>9</sup>. Apesar do clima de instabilidade no cenário internacional, a terceira conferência mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento, contou com a presença de 193 representantes de Estados, 86 Organizações Internacionais, somando 7,2 mil delegados presentes no total (GOMES, 2002).

Novamente, o motivo maior de sua realização, era o de verificar os resultados alcançados em relação à Agenda 21. E sobre esse aspecto os avanços obtidos na implantação do desenvolvimento sustentável, e de outros tratados assinados até então. Alguns temas específicos foram analisados com detalhe e incluídos no Plano de Implantação<sup>10</sup> da conferência, a saber: a erradicação da pobreza; mudanças nos padrões de consumo e produção insustentáveis; a questão da globalização a partir de uma perspectiva do desenvolvimento sustentável; a saúde no desenvolvimento sustentável e a questão do desenvolvimento sustentável para pequenas Ilhas e países. Mas por fim, a pobreza, a questão dos recursos energéticos e a biodiversidade dominaram os debates nas principais mesas de discussão (DUARTE, 2004).

Em uma sessão do relatório final desta conferência é chamada à atenção para a necessidade de cooperação entre os principais atores, com vistas à efetiva implantação do desenvolvimento sustentável, como apresenta o trecho a seguir:

---

<sup>9</sup> Este nome se deu em função dos dez anos que se passaram desde a Rio-92.

<sup>10</sup> Para maiores detalhes ver: *Report of the World Summit on Sustainable Development*, 2002.

“[a] implementação dos resultados da conferencia deve envolver todos os atores relevantes, com a formação de alianças, especialmente entre governos do Norte e do Sul, de um lado, e entre governos e os principais grupos, de outro, para se alcançar as amplas metas do desenvolvimento sustentável” (UN, 2002:08 - Tradução minha)<sup>11</sup>

No entanto o que se viu foi a acentuada divergência entre os Estados desenvolvimento e em desenvolvimento, que não pareciam não compartilhar as mesmas idéias quando o assunto era um consenso em relação ao desenvolvimento sustentável (LE PRESTE, 2000) . Cada qual emplacando discursos de acordo com suas prioridades: com o Norte dividido, entre os EUA e Europa em relação ao aquecimento global, e o Sul enfatizando a erradicação da pobreza, cobrando a implementação de acordos firmados voltados para o desenvolvimento sustentável, a questão das transferências de tecnologias, dentre outros (DUARTE, 2004).

Por fim, em Jonesburgo – Rio +10 constatou-se que a melhora nos índices relacionados ao meio ambiente foi bastante modesta perto do que ficou estipulado na Rio-92, e que um dos principais pressupostos do desenvolvimentos sustentável, a erradicação da pobreza, para a implementação efetiva da Agenda 21, continua sendo um grande desafio para o mundo atual (UN, 2002).

Além das inúmeras conferências mencionadas anteriormente, o Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas, organiza e divulga anualmente um importante documento ressaltando os danos causados ao meio ambiente pela ação do homem. Nele encontram-se levantamentos sobre os seguintes, derretimento das camadas polares, o aumento da temperatura da terra, as secas, a frequência com que tufões, tempestades e inundações vêm ocorrendo, tudo isso, afirmam os pesquisadores, está sendo agravando em função ação do homem. O Quarto Relatório sobre Mudanças Climáticas do IPCC atesta que o uso de combustíveis fósseis, as mudanças no uso do solo, a poluição agravada, a super exploração dos recursos são os principais responsáveis por aumentar a concentração de

---

<sup>11</sup> Para maiores detalhes ver: *Report of the World Summit on Sustainable Development*, 2002.

dióxido de carbono, metano, óxidos nitrosos, e outros, na atmosfera (IPCC, 2007). Por fim, o relatório afirma que para os próximos anos é esperado um aquecimento de 0.2 graus por década, e que a continuidade na emissão do gás de efeito estufa nas taxas atuais, ou maior, levaria a um aquecimento extra da terra, induzindo muitas mudanças no sistema climático global durante o século 21 (IPCC, 2007). Com o mesmo objetivo, o Relatório Planeta Vivo (2006), mencionado no anteriormente, traz previsões assustadoras quanto ao “estado de mudança da biodiversidade global e o nível de pressão na biosfera causado pelo consumo humano de recursos naturais” (WWF, 2006: 02). Com base no mesmo estudo feito anteriormente, ele compara a biodiversidade de hoje, para dizer que o mundo está utilizando 25% a mais da biocapacidade da terra, e que a Terra já não está conseguindo acompanhar a exigência humana, em consonância com sua capacidade de regeneração dos recursos naturais (WWF, 2006).

Desta forma, a partir da análise das conferências e documentos voltados para a temática ambiental, é possível notar que os assuntos de meio ambiente passaram a fazer parte das relações internacionais dos Estados de fato, a partir da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - a Rio-92. Uma vez que esta é considerada a maior conferência voltada para o meio ambiente, ocorrida até então e, sobretudo, o fim do conflito Leste-Oeste abriu-se espaço para a inserção de outros temas nas Agendas Internacionais dos atores. Como visto, a Rio-92 deu origem à Agenda 21, um importante documento a ser adotado em nível global e local, com o objetivo de fornecer os mecanismos necessários para o desenvolvimento sustentável. Para que o desenvolvimento sustentável possa ser alcançado é necessário que se sigam os padrões por ela descritos. No entanto esses padrões de desenvolvimento sustentável são muitas vezes inatingíveis por países ainda em desenvolvimento por custarem o atraso de seu desenvolvimento econômico.

Assim a retórica do desenvolvimento sustentável, refletida na Agenda 21, pode se vista por um olhar realista, como um instrumento utilizado pelos países desenvolvidos que acaba por dificultar o desenvolvimento econômico de países de renda média, como o Brasil, Índia, África do Sul e outros. Partindo da lógica da disputa de poder na política internacional, associada diretamente à economia internacional, o discurso do desenvolvimento sustentável expresso no documento Agenda 21 apresenta-se como uma forma de resguardar o interesse dos grandes grupos dominantes na arena internacional, e ao mesmo tempo atrasar o desenvolvimento econômico de países em desenvolvimento, como será visto no próximo capítulo deste estudo.

## Capítulo 3:

### 3.1 Meio Ambiente à Luz da crítica realista

*Porém quando declararmos, com otimismo, que o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente podem ocorrer paralelamente, é preciso ressaltar logo: só se for dada prioridade máxima à preservação da ecosfera. O desenvolvimento econômico tem de ser secundário e orientar-se por rígidos padrões ecológicos. Ainda falta muito para que essas idéias fundamentais sejam aceitas universalmente. (NOSSO FUTURO COMUM, 1991: 328)*

A década de 1990 será sempre lembrada como o período de grandes transformações na dinâmica e no próprio estudo das relações internacionais estatais. Com o fim da Guerra-Fria e o surgimento da “Nova Ordem Internacional”, a divisão do mundo deixou de existir de forma significativa e os problemas de segurança deixaram de ocupar sozinhos, o centro dos grandes debates internacionais. Em consequência de tais mudanças abriu-se espaço para a inauguração do ambientalismo nos assuntos de relações internacionais, dando continuidade a movimentos iniciados anteriormente.

No tangente ao ambientalismo internacional, até a realização da Conferência de Estocolmo havia pouco espaço para acordos (MCCORMICK, 1992: 151), pois acreditava que crescimento econômico e meio ambiente eram esferas inconciliáveis. Não muito tempo depois, assistia-se a inversão do pensamento, com as duas esferas ajudando-se mutuamente, e o crescimento econômico, antes visto como um vilão passou ser tomado por formadores de opinião como essencial para a preservação do meio ambiente.

Como exposto no capítulo anterior, a associação de problemas ambientais com questões socioeconômicas, foi formalmente expressa no conteúdo do relatório *Nosso Futuro Comum*, sob cautela da ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland. Foi igualmente neste documento consolidado o conceito de desenvolvimento sustentável, a partir da ponderação de que “os problemas ambientais e os dilemas socioeconômicos são indissociáveis” (DUARTE, 2004:03). De acordo com o documento, de um lado a pobreza leva a degradação ambiental,

em função da exploração excessiva de recursos naturais, da poluição e do uso de tecnologia ultrapassada, e do outro a riqueza também implica na superexploração desses recursos, com a predominância de padrões de consumo insustentáveis, e de produção a níveis elevados nos países desenvolvidos (DUARTE, 2004).

Uma vez introduzido o termo desenvolvimento sustentável, em 1992 a questão foi novamente posta em pauta, na Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, e deu origem ao documento Agenda 21, o principal sobre o desenvolvimento sustentável.

De acordo com o PNUMA - Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente - a Agenda 21 estabelece uma base sólida para a promoção do desenvolvimento em termos de progresso social, econômico e ambiental (PNUMA, 2002), e, portanto, seu conteúdo é voltado para a busca do desenvolvimento sustentável principalmente nos países em desenvolvimento. Nela é reconhecida, ou pelo menos mencionada a necessidade de haver auxílio externo por parte de organismos internacionais, e Estados, para acelerar o crescimento das economias atrasadas.

Um dos pontos chave para se alcançar o desenvolvimento sustentável de acordo com a Agenda 21, é a erradicação da pobreza no mundo, através da cooperação internacional, o que de acordo com o estudioso Worster (s.d), reforça a guinada do ambientalismo moderno para uma abordagem mais relativista ou revisionista, que se deu em função desta ser mais flexível em relação aos assuntos de economia, e, portanto mais aceita no plano político internacional<sup>16</sup>. O documento traz ainda as diretrizes para combater a pobreza a nível mundial, ressaltando que é “responsabilidade conjunta de todos os países” (MMA, 1992), e,

---

<sup>16</sup> De acordo com Worster (s.d.), no texto *The Illusory Promise of Sustainable Development*, da Universidade de Kansas, a visão relativista ou revisionista, a qual tem predominado na ciência da ecologia da atualidade, ocorre em parte, pelo desejo desta ciência ser menos desaprovada pelo desenvolvimento econômico, como aconteceu nas décadas de 1960 e 1970. Assim, o fato dos ambientalistas aceitarem as mudanças que vêm ocorrendo na natureza, como “naturais e intrínsecas” ao próprio ecossistema, está diretamente ligado à subordinação dessa lógica ambiental menos crítica à predominante visão de materialista de progresso no mundo.

portanto deve haver mobilização dos entes internacionais, sobretudo das principais economias do mundo, para custear parte do valor total para sua implementação, estimado em US\$ 625 bilhões por ano (PNUMA, 2002). Seu conteúdo se reveste de medidas de auxílio externo, como por exemplo, a transferência de inovações tecnológicas, dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento. Já aos países desenvolvidos, caberia ainda, reduzir seus níveis de produção e consumo, bem como criar um ambiente de economia internacional propício ao desenvolvimento econômico dos outros países (MMA, 1992).

Na ocasião, houve quem acreditasse de fato, que aquela era a grande oportunidade para os países em desenvolvimento atingirem finalmente, o crescimento e estabilidade econômica esperado, principalmente em função do caráter filantrópico atribuído ao documento Agenda 21.

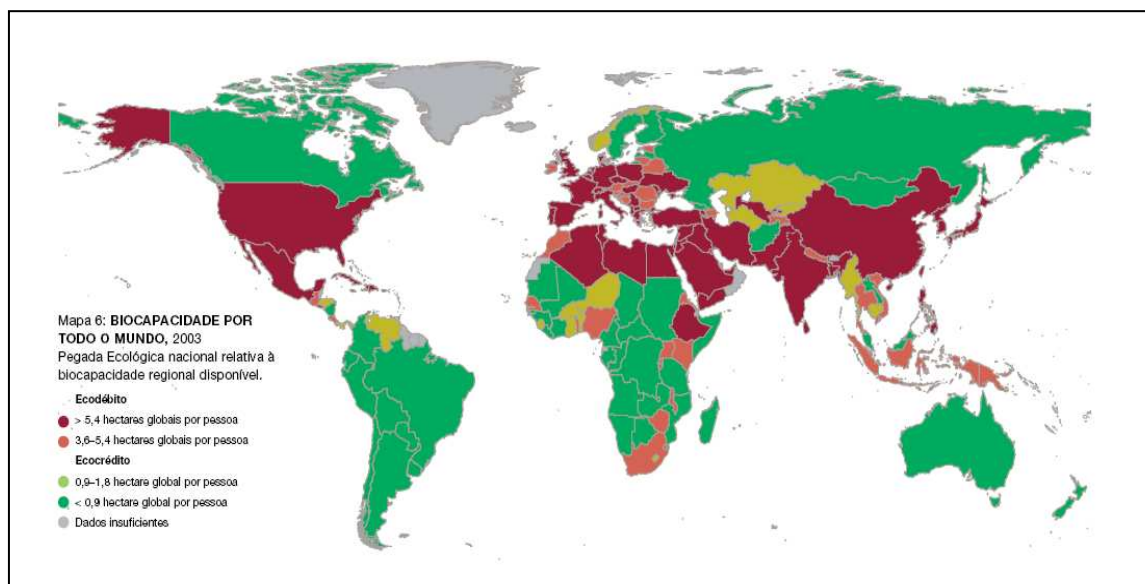
No entanto, o período que se segue à aceitação da Agenda 21 no âmbito internacional, como o documento padrão do desenvolvimento sustentável, verifica-se que sua implementação ocorreu apenas de forma muito modesta. Basta olhar atentamente as inúmeras conferências organizadas pós-Rio-92, para atestar que seus resultados foram praticamente insignificantes, ou por assim dizer um completo fracasso.

Os países desenvolvidos que se comprometeram em custear 20% do valor total para a implementação da agenda nos países em desenvolvimento, ou 0,7% de seus PNBs (PNUMA, 2002), assinaram o acordo, mas nunca o puseram em prática, apesar de continuarem defendendo-a como condição para um crescimento econômico saudável. Como se sabe, grande parte destes países é responsável pela maior parcela de emissões de gases nocivos à atmosfera, por produção e consumo elevados, e ainda suas reservas ecológicas já se encontram quase que totalmente destruídas, o que indica o ônus maior que esses países têm com relação à problemática do meio ambiente.

No mapa a seguir (Figura 1) é possível ver a situação desses países com relação à preservação ambiental. Ele apresenta a exigência humana na biosfera, medida pela chamada “Pegada Ecológica”. Sendo que a pegada inclui as áreas necessárias para manter o consumo saudável da população, a saber: a zona de cultivo, tais como alimentos, rações de animais, fibras e óleo; dos prados e pastos; das zonas de pesca e das áreas de floresta. Nesta figura é possível visualizar a situação de alguns países desenvolvidos, tais como Reino Unido, França, Finlândia, Estados Unidos, Alemanha, Japão, ou aonde a atividade econômica vem sendo impulsionada, como é o caso da China, Índia, Emirados Árabes, no que diz respeito à destruição de suas reservas ecológicas. Ele traz assim, a quantidade de pegada utilizada ou já consumida em hectare por pessoa, em relação à biocapacidade mundial, sendo que de acordo com esse relatório, o termo faz referência à quantidade de área biologicamente produtiva, como zona de cultivo, pasto, floresta e pesca disponível para atender às necessidades da humanidade. Como as pessoas consomem recursos e serviços ecológicos de todo o mundo, o mapa ilustra a soma total dessas áreas consumidas, mas distribuídas as pegadas por país, em relação à biocapacidade mundial disponível (WWF, 2006).



**Figura 1: Biocapacidade Global**



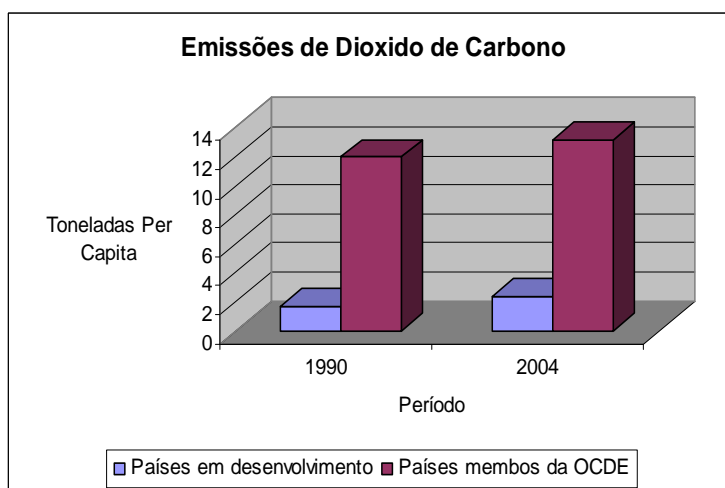
Fonte: WWF, 2006: 17

Como é possível visualizar na figura 1, as regiões representadas pelas áreas em vermelho, em sua maioria, correspondem a países desenvolvidos como os Estados Unidos, alguns países da Europa e Japão, assim como outros que vêm apresentando elevados índices de crescimento econômico, tal como China e Índia, e ainda, alguns países do Oriente Médio, onde predomina-se atividades de exploração de petróleo. Esses países representam os que possuem a maior quantidade de pegadas, o que significa que são os principais responsáveis pela destruição da biocapacidade mundial disponível. Todos eles apresentam “débito ecológico”, isso porque consumiram ativos ecológicos, em maiores quantidades do que o resto do mundo, e ainda, por produzirem materiais residuais em excesso, como por exemplo os responsáveis por gases de efeito estufa. Esses países são de fato, os maiores destruidores dos recursos naturais da terra. Já a região em verde, corresponde aos “credores ecológicos”, são os que ainda possuem as maiores reservas ecológicas. Dentre eles estão países como Argentina, Brasil, Chile, Mongólia, Rússia, Afeganistão e outros (WWF, 2006:16-17).

Os países desenvolvidos são também os que contribuem mais para o aquecimento global do que os países em desenvolvimento. Isso pode ser observado pelos gráficos 1 e 2. O

gráfico 1 mostra a quantidade de dióxido de carbono emitida pelos países membros da OCDE<sup>17</sup>, formada pelos principais países industrializados da econômica global, comparada com as emissões de países ainda em desenvolvimento, nos anos de 1990 e em 2004.

**Gráfico 1 – Emissões de Dióxido de Carbono**

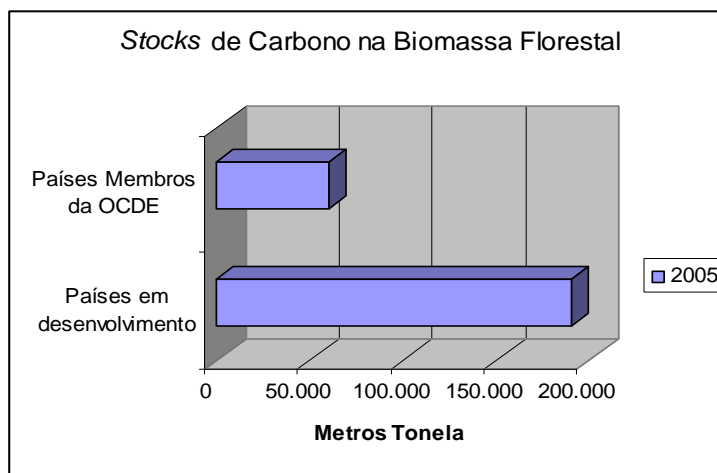


Fonte: PNUD, 2007

Por sua vez, o gráfico 2 apresenta a quantidade de carbono contida na biomassa florestal nos dois grupos de países. Isso nos sugere que os Estados mais ricos do mundo possuem a menor extensão em áreas verdes do planeta, em consequência da exploração desenfreada. Sabe-se que áreas verdes, dentre outros benefícios, são extremamente importantes para a preservação da ecosfera, na medida em que absorvem os gases nocivos ao meio ambiente, impedindo principalmente que cheguem em maior quantidade à atmosfera, e assim destruam a camada de ozônio.

<sup>17</sup> A Organização para Cooperação e Desenvolvimento econômico é formada por 30 membros, dentre os quais estão: Canadá, Austrália, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Estados Unidos, Noruega, Japão, França, Espanha, Reino Unido, e outros.

## Gráfico 2- Estoque de Carbono na Biomassa Florestal



Fonte: PNUD, 2007.

As informações apresentadas nos dois gráficos confirmam o que foi verificado na figura 1: as principais economias do mundo são também os maiores inimigos do meio ambiente. O que contribui para tornar evidente a ligação que existe entre desempenho econômico, exploração dos recursos ambientais e degradação dos ecossistemas. Esses levantamentos abrem espaço para que seja repensados o desenvolvimento sustentável e a própria Agenda 21, uma vez que possuem como objetivo central apresentar um modelo de desenvolvimento econômico que leve em conta a preservação ambiental. Junte-se a isso, o fato desse documento fazer referencia à busca por uma cooperação internacional, com vistas à adoção dessa prática sustentável nos países em desenvolvimento, mas na realidade não se assiste acontecer. Posto isso, cabe agora um levantamento a cerca do desenvolvimento sustentável.

Tem-se que a consolidação do termo surgiu como uma resposta à necessidade de haver uma causa comum entre os vários Estados, em torno da problemática ambiental nos anos 1980. De acordo com o então vice-presidente do Instituto Internacional para Meio Ambiente e Desenvolvimento, Richard Sandbrook,

“não tem sido difícil conjugar o lobby ambientalista do Norte, com o lobby desenvolvimentista do Sul. Existe de fato, uma falta de clareza quanto a distinção entre os dois, desta forma agora estão caminhando para um consenso em torno do tema desenvolvimento sustentável” (*Our Common Future*, 1987: 64 *apud* WORSTER:02-03- Tradução minha)

No relatório Brundtland, responsável por consolidar o desenvolvimento sustentável, já vinha sendo defendida a criação de riqueza em abundância para consumo, e de benefícios materiais (NOSSO FUTURO COMUM, 1991), a serem atingidos através do desenvolvimento ecologicamente correto.

De acordo com Vandana Shiva, em seu texto *Que Quiere Decir “Sustentable”?*, no qual discorre acerca da adoção do termo desenvolvimento sustentável nos anos 1980, “as conotações “crescimento com justiça”, e “crescimento com sustentabilidade”, foram na verdade uma intenção de legitimar e perpetuar o crescimento econômico em um período de dúvidas”(SHIVA, 1991:28). Já que nesse período, além da problemática ambiental, dúvidas estavam sendo levantadas a cerca do crescimento econômico, por não haver trazido ao mundo as maravilhas prometidas pelo progresso, como a riqueza em abundância a todas as nações, a eliminação da pobreza, e outros. O desenvolvimento sustentável aparecia assim, como uma excelente “alternativa” também ao crescimento econômico desenfreado e irresponsável, o qual não levava em conta as desigualdades sociais, tão pouco à preservação ambiental, e, portanto contribuiu para que a retórica da sustentabilidade fosse disseminada com perfeita sinceridade por grupos dominantes.

Se o processo percorrido até o desencadeamento do termo desenvolvimento sustentável é por demais, tênue e oportuno, os empreendimentos feitos para utilizá-lo, não são menos falhos. A definição predominante, comum a todos é a contida no Relatório Nosso Futuro Comum (1991), consolidada ao final da década de 1980, conforme exposto no capítulo 2, afirma ser o desenvolvimento sustentável: “um modelo de desenvolvimento que atenda às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem

suas próprias necessidades” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991:46). Devo perguntar ao caro leitor o que entende por esta definição, porque a meu ver não é clara o bastante, para que se possa pensar o desenvolvimento sustentável como uma prática concreta e definida.

Assim, essas observações conduzem-nos à seguinte questão: o que está por trás do documento Agenda 21, construído sobre o pilar do desenvolvimento sustentável?

Enquanto a Agenda 21 se apresenta como um instrumento utilizado para legitimar um discurso de uma suposta “moral ambiental” empregado por países desenvolvidos, a partir de premissas como a necessidade de “distribuição internacional da riqueza e da renda” (MCCORMICK, 1992:153), e de mobilização internacional para viabilizar sua implantação em países em desenvolvimento; ela na verdade representa a expressão do desejo de alguns – os já desenvolvidos - em manterem o *status quo*. Desejo este, característico das potências dominantes do sistema internacional, que defendendo a preservação do meio ambiente a partir da adoção da Agenda 21 no âmbito global, estão na realidade buscando “elevar o desenvolvimento sustentável a uma ética global” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991), para assim dizerem que o é bom para o mundo, o é para todas as nações de maneira igual. Esses defensores do desenvolvimento sustentável apresentam à dita “ética ambiental” sob o argumento de que o meio ambiente clama por uma sociedade nova, baseada na produção e consumo moderados, na conservação dos recursos naturais, em fim na proteção ao meio ambiente e aos valores básicos de compaixão, como justiça e qualidade de vida, e riqueza para todos (MCCORMICK, 1992). Nesse ponto, percebe-se que são capazes de disseminar valores como esses com “perfeita sinceridade” (CARR, 2001), mas não a ponto de incorporá-los em suas práticas econômicas, pois isso significaria uma perda considerável para suas economias gigantescas. Isso se remete ainda ao caso dos “valores básicos de compaixão”, dos quais também fazem referência, pois como se falar em compaixão em um contexto mundial predominantemente anárquico, onde riqueza traduz-se em poder?

Discursos desse tipo podem ser vistos claramente na própria Agenda 21, onde é defendido um “novo” modelo de desenvolvimento que leve em conta o combate à pobreza, a mudança nos padrões de consumo, a proteção e promoção da saúde humana, o fortalecimento do papel das mulheres, jovens e crianças, povos indígenas, ONGs, trabalhadores e sindicatos, comércio e indústria, e outros (MMA, 1992), tudo isso como forma de emplacar a “ética ambiental”. Visto que os países desenvolvidos acabaram com grande parte de suas reservas ecológicas, e ainda, são responsáveis pela maior parcela de emissões de gases nocivos ao meio ambiente, exaltar um documento como a Agenda 21, com argumentos desse tipo, revela-se nesse caso, uma atitude um tanto quanto artificiosa.

Este documento assemelha-se assim, à doutrina utópica da harmonia de interesses propagada pela Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, na medida em que vem sendo utilizado por grupos dominantes para disseminar supostos valores universais, como forma de esconder seus desejos de prosseguirem com suas atividades industriais e com o consumo exacerbado, característico das grandes economias. Adam Smith com a Escola Inglesa, teve grande contribuições para tornar a doutrina da harmonia de interesses popular, e assim propagar o livre-comércio, o qual dizia ser benéfico a todas as nações, sob a alegação de que o interesse particular das nações coincidia naturalmente com o interesse mais elevado da humanidade. Alguns anos mais tarde, Lista (1983) vai identificar essas idéias de Smith e sua escola, como sendo falhas por não levarem em conta as condições e circunstâncias de cada nação, mas somente o próprio interesse enquanto país industrializado, e acusa-os por fim de praticarem um “cosmopolitismo ilimitado”.

O debate ambiental assemelha-se ao argumento inglês, na medida em que são reproduzidos discursos em prol de um crescimento econômico conscientizado, com a firmação de um documento como a Agenda 21, produzido teoricamente, pensando na situação particular dos Estados mais pobres. Tudo isso para fazer-se crer que de fato exista

consentimento dos atores internacionais acerca do desenvolvimento sustentável, e assim fazer revestir a causa com o “manto do interesse universal” (CARR, 2001).

Nas esferas de política e de economia internacional, como já dizia Car. (2001), a supremacia dessas potências é tão esmagadora que acaba criando, de fato, um “interesse universal” (CARR, 2001), em função da interdependência Estatal, como acontece também nos assuntos de meio ambiente, visto que existe uma pressão para que países em desenvolvimento adotem medidas como o desenvolvimento de tecnologias modernas menos poluentes, utilizem técnicas saudáveis na fabricação de seus produtos, e outros. Basta observar como empresas, produtos, serviços, órgãos estatais, e vários outros, tiveram que passar por adaptações para serem aceitos pela ‘nova ordem ambiental’, e sobre esse assunto, percebe-se que o meio ambiente vem sendo utilizado, cada vez mais, como estratégia de marketing por grandes grupos e empresas multinacionais.

Que esse interesse deveria existir de fato é mais evidente ainda, com relação ao meio ambiente, já que a problemática ambiental perpassa fronteiras, e é supostamente de responsabilidade comum a todos os Estados. No entanto, na forma como a questão vêm sendo abordada, esse interesse não pode ser genuinamente universal do jeito que os países desenvolvidos mencionados anteriormente pretendem que seja, pois eles possuem na realidade objetivos bem definidos frente à problemática ambiental, que resumem-se em atender a seus próprios interesses, e não da humanidade. E nesse sentido, eles passam a ser, de fato, universal na medida em que a derrocada da sustentabilidade ambiental a nível global representará o comprometimento do desenvolvimento no nível local. Aos países desenvolvidos, em especial aos Estados Unidos, interessa continuarem explorando os recursos naturais de forma exacerbada, bem como manterem seus níveis de produção e consumo atuais, pois esses são os motores de suas economias “hiperdesenvolvidas”. Dado que, o crescimento de suas economias tem conseqüências no crescimento das economias menos

desenvolvidas, e o inverso, ou seja, o fracasso das primeiras representaria um choque nas economias das últimas, tem-se que a identificação dos interesses dos dois grupos de países torna-se real mais uma vez, como produto da força.

Nada mais adequado para disfarçar aqueles objetivos, portanto, do que um documento como a Agenda 21, baseado na suposição de que de existe de fato, uma moral internacional, trazendo em seu cerne a apologia à cooperação, como forma de viabilizar a implementação do desenvolvimento sustentável mundo a fora. O que está por trás do discurso falacioso do desenvolvimento sustentável, portanto, garantir que a supremacia das grandes economias mundiais não seja abalada pela insurgência de um movimento ambientalista forte.

A atitude dos Estados Unidos e Austrália em não ratificar o Protocolo de Kyoto, representa toda a discussão deste estudo, pois essa resistência não é por outro motivo, se não por considerá-lo um obstáculo seu crescimento econômico. Estes dois países juntos representam a quantidade de 36.9 % de emissão de CO<sub>2</sub> na atmosfera (IEA, 2004:03), tomado o valor total emitido pelos 32 países industrializados que compõem o anexo 1 do protocolo.

A esse ponto, cabe identificar o discurso do meio ambiente, com a posição da Inglaterra em invocar o discurso do livre-comércio com firmeza, utilizando de premissas utópicas. Percebe-se a camuflagem de ao menos dois objetivos pré-definidos. Primeiro, manter de fato a paz, pois enquanto nação desenvolvida era interessante um sistema internacional estável, e ainda impedir com que outras nações alcançassem o desenvolvimento econômico similar ao que experimentava, e ameaçar desta forma, seu *status quo* de maior potência industrial da época (CARR, 2001). As contribuições de List (1983) sugerem que o livre-comércio só é benéfico para nações que já atingiram um alto nível de desenvolvimento industrial, como era o caso da Inglaterra naquele momento (List, 1983), e, portanto, a harmonia entre os interesses dos Estados e os da humanidade só existiam, na medida em fosse pensada como um tipo de harmonia forçada, imposta, e não “natural” como afirmavam. Para List (1983), essa era uma



forma da Inglaterra “chutar a escada” pela qual chegou ao topo, impedindo com que outras nações também obtivessem crescimento econômico como o seu.

O trabalho de Chang (2004) em desvendar o que estava por trás do discurso da “boa governança” nos programas neoliberais, também contribui para se pensar como as premissas utópicas continuam presentes até mesmo em esferas da política da atualidade. Segundo este autor, o pacote de “políticas boas” - e de “boas instituições”, centro de seu debate - recomendadas pelo Consenso de Washington aos países em desenvolvimento, não é senão mais uma forma de “chutar a escada”, e impedir que esses países cheguem também ao topo. Como se viu com relação às “instituições boas”, a história do desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos, mostra que o processo de evolução até a implementação de fato, das instituições nesses países só ocorreu de forma muito lenta. E portando existe um paradoxo entre as recomendações, por vezes pressões, feitas aos países em desenvolvimento para adotarem o quanto antes as chamadas “instituições de padrão global”<sup>18</sup>, e como esse processo se deu, nos próprios países que as recomendam.

Carr (2001) vai assim, identificar o caráter intencional e pragmático dos discursos impregnados pelo ideário utópico, a partir de premissas realistas, dizendo que e os “princípios são na verdade reflexos da necessidade política” (CARR, 2001: 99), e que, portanto “as teorias da moral internacional são, produto das nações ou grupos de nações dominantes” (CARR, 2001: 105).

A partir dos ensinamentos de List, Chang e Carr, podemos interpretar que o mesmo ocorre com o discurso do desenvolvimento sustentável, e com a Agenda 21. A Agenda 21 é mais um “produto do interesse das nações dominantes”, já que o modelo de crescimento proposto por ela, que diz conciliar progresso econômico, social e ambiental simultaneamente, é antes de tudo inatingível. Primeiro, seu custo é elevado demais para quem ainda está em

---

<sup>18</sup> Segundo Chang (2004), “instituições de padrão global” são em grande medida as que seguem o modelo padrão das instituições norte-americanas.

vias de desenvolvimento, e ajuda internacional aos países em desenvolvimento não se realiza de fato, como deveria como foi estabelecido no capítulo que traz os meios para sua implementação. E, portanto, com a disseminação da “moral ambiental”, as grandes potências acabam por tentar *chutar a escada* do desenvolvimento mais vez, impedindo os países em desenvolvimento de subi-la. Pois, uma vez consolidada a Agenda 21, passa a existir pressão constante para que países em desenvolvimento adotem meios de desenvolvimento moderados, “sustentáveis” como gostam de dizer. Em outras palavras, o que os defensores do desenvolvimento sustentável querem dizer é que, o melhor a se fazer nesse caso, é pensando no “bem maior para o maior número”, que os Estados em desenvolvimento, mantenham o nível de crescimento econômico atual estático, diminuindo-o, preferivelmente, para assim preservarem o meio ambiente. Cabe lembrar que os países em desenvolvimento que melhor apresentam desempenho econômico nos dias de hoje são justamente aqueles que mais contribuem para a degradação ambiental, conforme mostra a figura 1.

Nesse sentido, divulgar o desenvolvimento sustentável como forma de fazer referência à retórica do desenvolvimento econômico em harmonia com a preservação ambiental, parece incorreto. Pois ele apresenta-se mais como um modelo legítimo de ser defendido por países desenvolvidos, que já atingiram o crescimento econômico ideal, com os Estados Unidos no centro de toda a questão, servindo-se de práticas destrutivas e insustentáveis, e querem através da justificativa do desenvolvimento sustentável continuar exercendo suas atividades econômicas.

Assim, as recomendações vindas das principais potências mundiais, tais como as políticas do livre-mercado, passando pelo “Consenso de Washington” e o discurso da “boa governança”, reproduzido pelos Estados Unidos na atualidade, e por fim, o próprio discurso da “moral ambiental” com o desenvolvimento sustentável no cerne da problemática

ambiental, representa a máxima realista de disputa por poder, que nesse caso traduz-se na busca por perpetuação do poder no sistema internacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate realista acerca da subordinação da moral em relação à política, ganhou força no século passado após longo período de prevalência da teoria utópica, como se viu. A doutrina da harmonia de interesses foi quem havia prescrito a palavra de ordem nas relações econômicas internacionais durante os séculos XVIII e XIX, com a explicação de que o interesse particular das nações no livre-comércio coincidia naturalmente com o da humanidade, de maneira a convergir as nações para a crença numa “moral internacional”. Assim, pressupunha-se a primazia da ética sobre os assuntos de política. No entanto já no início do século XX, assistia-se à ruína dessa teoria, pois o contexto desse período não mais se encaixava nas pretensões do “bom” e velho arcabouço teórico utópico. Foram vários acontecimentos que tiveram lugar naquele século, para comprovar a posição realista de que o poder está no centro das relações internacionais, e, portanto, a moral é na realidade produto do poder (CARR, 2001:106), onde prevalece sempre o direito do mais forte. Em mais de um período na história dos Estados, é claramente identificável situações como essa, em que um interesse particular é revestido pelo manto da ética (CARR, 2001), pressupondo assim a existência de valores universais. Friederich List (1983), já desconfiando da posição universalista da escola de Adam Smith, descobriu que aquela era na realidade uma forma da Inglaterra “chutar a escada” para os países em desenvolvimento, e assim manter sua posição dominante no sistema internacional, como exposto no capítulo 1. Não obstante o realismo haver superado o ideário utópico, viu-se que ainda na atualidade, encontra-se evidências da manifestação dessa posição nos assuntos de relações internacionais, como demonstrado a partir da contribuição de Chang (2004), em apontar as falhas do discurso da “boa governança”.

Como apresentado no capítulo 2, a Agenda 21 é produto da maior conferência da história internacional, sobre Meio Ambiente, a Rio-92. Com o fim da Guerra Fria, na década

de 1990 abriu-se espaço para o diálogo entre os atores, e o meio ambiente foi inaugurado nas relações internacionais. Buscando traçar os meios para a implementação do desenvolvimento sustentável no mundo, a Agenda 21 é mais uma manifestação da doutrina utópica nos assuntos de política internacional, como sugere esse estudo. Uma vez apresentada a temática ambiental, viu-se que o desenvolvimento sustentável ganhou força, na realidade para acalmar os ânimos dos ambientalistas internacionais, em um período de contestação da atividade econômica frente à degradação ambiental. Sobre esse aspecto, a Agenda 21 é o instrumento afirmativo da vontade dos Estados desenvolvidos em construir uma ética ambiental, na qual a vontade das nações deve estar subordinada ao “interesse universal” na preservação do meio ambiente, como apresentado pelo capítulo 3. Descobrir o que está por trás da Agenda 21, foi a questão central desse estudo, como proposto. Conforme demonstrado ainda, o que se pretendeu com a consolidação desse documento foi tornar legítimo o crescimento econômico, como um condicionante para a preservação do meio ambiente, fazendo-os parecerem dessa maneira, esferas indissociáveis, quando na realidade são inconciliáveis. Prova disso, é que as maiores economias do mundo são também as maiores destruidoras dos recursos ambientais, como exposto no capítulo 3. Disseminar, portanto, um valor como o desenvolvimento sustentável é antes de tudo, apropriado a posição das potências no sistema internacional, pois acabam “chutando a escada” para os países em desenvolvimento, com a criação de mais uma barreira ao crescimento econômico destes, com a imposição de uma moral baseada em “consumo e produção moderados”. Com isso, pretendem também prosseguir com suas atividades econômicas, de maneira mais justificável.

Como Carr (2001) já dizia, “o poder tem grande capacidade para criar a moral conveniente para si, e a coerção é uma fonte frutífera de consentimento” (CARR, 2001:301). Esperar que a Agenda 21 fosse tomada como um documento que representa de fato a vontade particular, e ao mesmo tempo universal dos Estados, é se deixar enganar pelo sofisma da

doutrina utópica, pois sabe-se que o desejo dos defensores do desenvolvimento sustentável não é outro, senão o da manutenção de seus *status quo*. Por fim, esse estudo nos mostra que o meio ambiente é apenas mais uma esfera das relações internacionais onde o poder se manifesta de forma preponderante.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALBAGLI, Sarita: **Informação e Desenvolvimento Sustentável: Novas Questões para o Século XXI**. Ciência da Informação – Vol. 24, número 1, 1995 – Artigos. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000149/01/Ci%5B1%5D. Inf-2004-586.pdf>. Acessado em: 09 set. 2007.

BAYLIS John & SMITH Steve (Eds.). **The Globalization of World Politics: an introduction to international relations**. New York: Oxford University Press Inc., 2001.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; MUNHOZ, Tânia Maria Tonelli (coordenação-geral). - Brasília: **Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**; Consórcio TC/BR/FURNATURA, 2000.

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Ijuí: Editora Unijuí, 1999, 20. Ed.

CARR, Edward. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. 2 edição setembro, 2001.

CHANG, Ha- Joon. **Chutando a Escada: a Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

DUARTE, Lílian Cristina Burlamaqui. A Política Ambiental Internacional: Uma Introdução. **Revista Cena Internacional**, Brasília, ano 6, n 1, p. 01-09, jun. 2004. Disponível em: <http://www.relnet.com.br/cgi-bin/WebObjects/RelNet.woa/1/wr?wodata=-6818201249012499022> . Acessado em: 20 out. 2006.

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: 2002. Cap. 2.

GOMES, Vitor Pinto. **Os Resultados de Jonesburgo**. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riom.php.247.html> Acessado em: 19 out. 2006.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IPCC. **Mudança Climática 2007: Novos Cenários Climáticos**. Contribuição dos Grupos I, II, III e IV. Resumo do Relatório para os Elaboradores da Política. Disponível em: <http://www.ecolatina.com.br/pdf/Relatorio-IPCC2.pdf>. Acesso em: 08 de Agos. 2007.

IEA. **Protocolo De Kyoto: A Corrida Questionável**. Carlos Eduardo Fredo e Silene Maria de Freitas: 2004. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=1574>. Acessado em: 5 Ago. 2007.

LE PRESTE, Philippe. **Ecopolítica Internacional**. São Paulo: Editora Senac, 2000.

LIST, Friedrich. **O Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MCCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso: a História do Movimento Ambientalista**. Tradução Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume – Dumará: 1992.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, Brasília. **Material Didático – Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2004, 158p. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/pdf>>. Acessado em: 15 set. 2006.

MMA. **Documento Agenda 21**. Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: 1992. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=575>. Acessado em: 05 set. 2006.

**NOSSO FUTURO COMUM**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

PNUD. **Human Development Report 2007/2008**. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/meio\\_ambiente/reportagens/index.php?id01=2822&lay=mam](http://www.pnud.org.br/meio_ambiente/reportagens/index.php?id01=2822&lay=mam). Acessado em: 3 out. 2007.



PNUMA. **Perspectivas do Meio Ambiente Mundial- cap. 1: Integração entre Meio Ambiente e o Desenvolvimento: 1972-2002.** Brasil: IBAMA e UMA, 2004.

RAMOS, César Leonardo. **Globalização: Do que se trata afinal?** Disponível em: <[http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG\\_0599.EXE/66.PDF](http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/66.PDF)>. Acessado em: 20 nov. 2006.

REIS, Lineu Láudi dos, FADIGAS, Eliane Amaral, CARVALHO, □láudio Elias. **Energia, recursos naturais e prática do desenvolvimento sustentável.** Barueri, SP: Editora Manole, 2005.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A Ordem Ambiental Internacional.** São Paulo: Editora Contexto, 2001.

RODRIK, Dani. **Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion? A Review of the World Bank's Economic Growth in the 1990s: Learning from a Decade of Reform.** *Journal of Economic Literature*. December 2006, Vol. XLIV // pp. 973-987.

SHIVA, Vandana. **Que Quiere decir 'Sustentable'.** Revista Del Sur, ed. 3:28-31.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.** Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

UN. **Report of the World Summit on Sustainable Development.** Mandate of the Commission for Sustainable Development. United Nations, disponível em: <http://www.un.org/esa/sustdev/htm>, 2001. Acessado em: 03 Ago. 2006.

VALLE, Cyro Eyer do. **Qualidade Ambiental : ISO 14000.** 4ª ed. Rev. E ampl. – São Paulo: Editora Senac, 2002.

WORSTER,D. (s.d.) **The Illusionary Promise of Sustainable Development.** University of Kansas, mimeo.

WWF. **Relatório Planeta Vivo 2006.** Disponível em:  
[http://assets.wwf.org.br/downloads/wwf\\_brasil\\_planeta\\_vivo\\_2006.pdf](http://assets.wwf.org.br/downloads/wwf_brasil_planeta_vivo_2006.pdf). Acessado em: 5  
Ago. 2006.

